

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Bacharelado em Planejamento Territorial

Leonardo da Silva Barbosa

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL METROPOLITANO:
Uma análise sobre a APA Itupararanga**

**São Bernardo do Campo
2021**

LEONARDO DA SILVA BARBOSA

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL METROPOLITANO
Uma análise sobre a APA Itupararanga

Trabalho de Conclusão de Curso II
apresentado ao Bacharelado em
Planejamento Territorial da Universidade
Federal do ABC, como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em
Planejamento Territorial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos

São Bernardo do Campo

2021

Ficha catalográfica

Leonardo da Silva Barbosa

DINÂMICAS TERRITORIAIS NO RURAL METROPOLITANO
Uma análise sobre a APA Itupararanga

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Bacharelado em
Planejamento Territorial da Universidade
Federal do ABC, como requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em
Planejamento Territorial.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos | UFABC
Orientadora

Igor Matheus Santana Chaves | UFABC
Membro externo

Maria Lucia Ramos Bellenzani | UFABC
Membro externo

São Bernardo do Campo
2021

Para João Belo da Silva

Agradecimentos

Esse processo de vários anos e ziguezagues não teria sido possível sem o envolvimento de muita gente.

Agradeço a todos os amigos, colegas de estudo e de trabalho, conhecidos, coisas e lugares que direta ou indiretamente estiveram juntos comigo.

Agradeço imensamente a toda a minha família, em especial a meus pais, meu irmão e meus avós, que me apoiaram e me acompanharam durante esses anos todos até aqui.

Agradeço ao Bacharelado em Planejamento Territorial, à Universidade Federal do ABC e meus professores e colegas que admiro tanto.

Agradeço à minha orientadora Luciana Travassos pela paciência e apoio e também ao grupo de estudos de Ruralidades Metropolitanas. Muito desse trabalho é uma continuação e desenvolvimento conjunto com o que já foi ou está sendo construído coletivamente.

Agradeço com muito carinho no coração, especialmente nessa reta final: à Jade, Bruna, Drica, Mari, Júlio, e Virgínia.

“Pra toda eternidade fazei de nós senhor
Instrumento de vossa glória por justiça
De vosso amor pela diferença”

Negro Leo

Resumo

O estágio atual do capitalismo global, ao mesmo tempo em que tende a homogeneizar o espaço a partir de uma lógica urbano/industrial, promove a fragmentação e heterogeneização, relegando territórios às margens dos fluxos mais dinâmicos do capital. Em regiões metropolitanas, alguns desses espaços menos dinâmicos (segundo esta lógica) são justamente áreas que prestam importantes serviços ecossistêmicos que viabilizam a manutenção de polos regionais adjacentes. Além disso, estes espaços não são relevantes apenas por prestarem serviços às áreas urbanas, eles são elementos fundamentais para os próprios sujeitos que integram esses territórios, conformando vínculos específicos e identidades junto a esses ambientes. A Área de Proteção Ambiental Itupararanga, na porção sudoeste da Macrometrópole Paulista, é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada entre duas regiões metropolitanas (Sorocaba e São Paulo). Por apresentar esses vínculos e elementos citados, ela terá enfoque neste trabalho, que se propõe a analisar e caracterizar as interfaces (com vínculos e conflitos) entre urbano e rural na produção do espaço de uma paisagem rural metropolitana.

Palavras-chave: ruralidades metropolitanas; Área de Proteção Ambiental; Itupararanga; Nova Ruralidade

Abstract

The current stage of global capitalism, while tending to homogenize space based on an urban/industrial logic, promotes fragmentation and heterogenization, relegating territories to the margins of the most dynamic flows of capital. In metropolitan regions, some of these less dynamic spaces (according to this logic) are precisely areas that provide important ecosystem services that enable the maintenance of adjacent regional hubs. Furthermore, these spaces are not only relevant because they provide services to urban areas, they are fundamental elements for the subjects that make up these territories, forming specific bonds and identities with these environments. The Itupararanga Environmental Protection Area, in the southwestern portion of the São Paulo Macrometropolis, is a Sustainable Use Conservation Unit located between two metropolitan regions (Sorocaba and São Paulo). By presenting these links and elements mentioned, it will be focused on this work, which aims to analyze and characterize the interfaces (with links and conflicts) between urban and rural in the production of space in a metropolitan rural landscape.

Keywords: metropolitan ruralities; Environmental Protection Area; Itupararanga; New Rurality

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. PLANEJAMENTO EM ÁREAS RURAIS METROPOLITANAS	17
2.1 Das transformações globais à heterogeneidade dos territórios	17
2.2 Transformações do rural brasileiro contemporâneo	18
2.3 Relações entre rural e urbano	21
2.4 Ruralidades metropolitanas: especificidades e complexidades	25
2.3 Tendências gerais do planejamento em áreas rurais metropolitanas	27
3. APA ITUPARARANGA: CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADES	29
3.1 Contexto e governança ambiental na APA	29
3.2 Plano de Manejo e Zoneamento da APA	34
4. CARACTERIZAÇÃO DO RURAL NA APA	39
4.1 O rural na Macrometrópole Paulista	39
4.2 O rural nos municípios da APA	42
4.3 O rural no planejamento municipal dentro da APA	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas têm reforçado, cada vez mais, que apesar das dinâmicas globais do capitalismo contemporâneo possuírem processos bastante homogeneizadores, eles são também forças que aterrissam de forma heterogênea nos territórios, em escala local e regional (HAESBAERT, 2010).

Ao menos desde a década de 1970, autores como Lefebvre traziam, observando as dinâmicas do capitalismo mundial, a hipótese de um processo de urbanização a nível global. Essa ideia de homogeneização e urbanização contínua permaneceu ao longo do tempo, sobretudo nas esferas de planejamento e pensamento urbano (BRENNER, 2018; KLINK, 2013; BRANDÃO et al., 2018 apud TRAVASSOS et al., 2020).

Apesar de persistente na literatura e dessa perspectiva refletir evidências concretas de um crescimento significativo da população urbana, principalmente na América Latina, ela tende a não observar, no devido detalhe, as formas territoriais heterogêneas e fragmentadas que esses processos conformam. Tratando especificamente das cidades-regiões ou grandes metrópoles, é possível observar que elas tendem a congregar essa rede de centros urbano-industriais ultra conectados e que estabelecem entre si e globalmente, redes e fluxos financeiros dinâmicos. Contudo, esse grande dinamismo econômico e conexão técnico-informacional, não raramente vêm acompanhados de uma brutal desigualdade e fragmentação espacial, principalmente no Sul Global. Estes são frutos da concentração de riquezas e de fluxos dinâmicos nessas redes. Ou seja, apesar dessas regiões potencializarem essa acumulação de riquezas em porções de seus territórios que concentram seus fluxos mais dinâmicos, geram também, com essa concentração, “buracos” ou áreas internas a essas regiões que não partilham do mesmo dinamismo (ALLEN et al., 2002), ou servem de suporte a esse dinamismo sem que os ganhos sejam compartilhados.

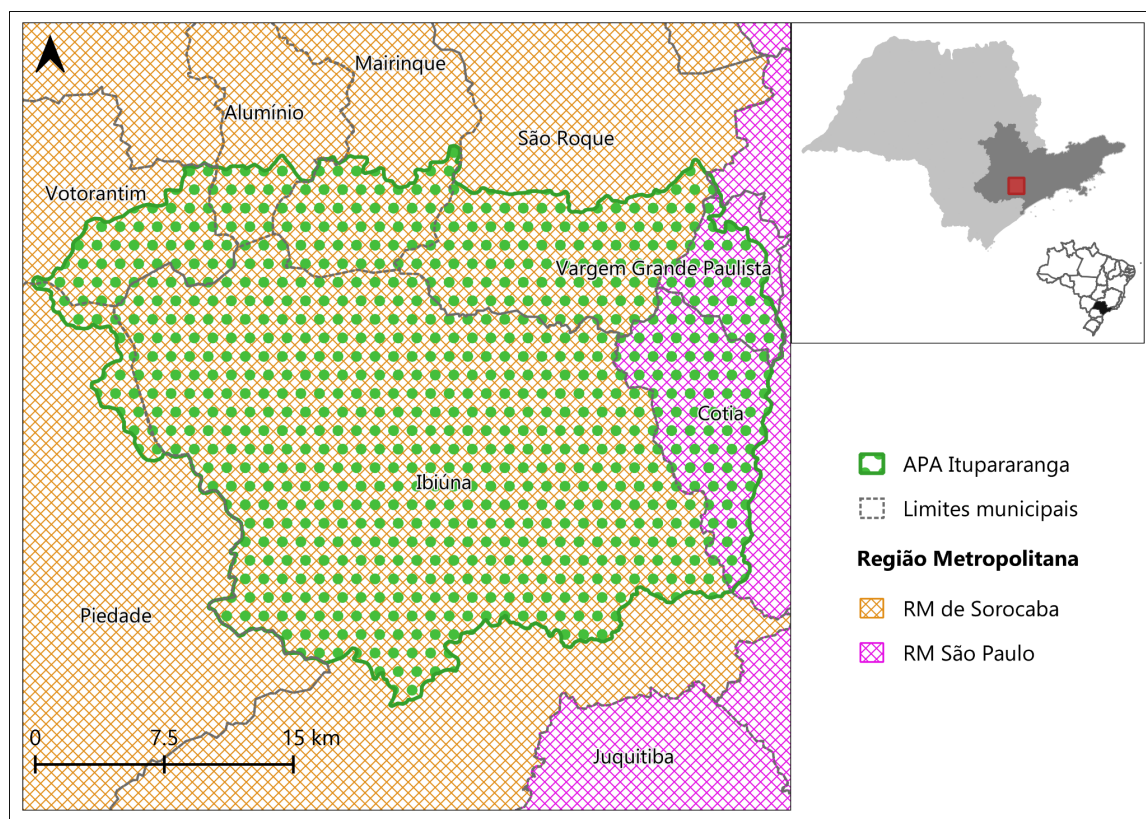
O presente trabalho se orienta tendo em vista a necessidade de se desenvolver e aprofundar abordagens interdisciplinares sobre as áreas rurais metropolitanas e de dialogar mais com as interdependências para além das dicotomias (PORTES, 2019). Ele trata de compreender, discutir e caracterizar uma área rural metropolitana, buscando entender suas complexidades e desafios. Como

objeto de pesquisa, será analisada a Área de Proteção Ambiental (APA) Itupararanga, abrangendo porções de municípios pertencentes a duas importantes regiões metropolitanas do estado de São Paulo: a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Metropolitana de Sorocaba. Assim, como objetivo geral, esse trabalho buscará caracterizar e construir empiricamente e em escala aproximada a compreensão de uma área rural metropolitana, a partir de um esforço teórico e metodológico que vem sendo construído por alguns autores (FERNANDES, 2020; PORTES, 2019). Essa caracterização, então abre espaço para alguns objetivos específicos, que são: a) discutir as perspectivas e abordagens sobre as áreas rurais e suas dinâmicas contemporâneas, especialmente nas metrópoles; b) caracterizar de forma multidimensional o rural dentro da APA Itupararanga a partir de dados georreferenciados e documentais; c) descrever as dinâmicas territoriais em curso, que trazem em seu interior, fluxos, interdependências e conflitos, no território e no seu planejamento.

O trabalho está dividido em três etapas principais, que buscam alcançar esses objetivos. A partir do segundo capítulo, a intenção é, com base na literatura acumulada sobre o tema, introduzir e situar o trabalho no debate sobre como as dinâmicas contemporâneas globais e nacionais impactam nas áreas rurais e na forma que as compreendemos. Isto nos leva à especificidade dessas novas dinâmicas em áreas rurais metropolitanas e a como o planejamento tem tratado essas áreas. Esse entendimento é relevante pois há dilemas e questões em comum a partir de experiências do Brasil e do mundo. Além disso, a forma de compreender a questão impacta na forma de lidar com ela; ou seja, uma visão limitada do rural, focada essencialmente na produtividade agropecuária, terminará não enxergando devidamente, principalmente em regiões metropolitanas, onde essas áreas são invisibilizadas.

A segunda etapa trata de apresentar características gerais da APA Itupararanga (Figura 1), desde sua criação e concepção até a elaboração (em 2011) de seu principal instrumento, que é o Plano de Manejo, o que oferece contexto e já ilustra algumas das questões de como se encara o território da APA e seus atores a partir do Conselho Gestor que a compõe. Nisso, também será comentado brevemente o Plano de Manejo e como ele se aproxima (ou não) do planejamento municipal da região.

Figura 1: Localização da APA Itupararanga.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2020.

A terceira etapa consistirá, então, na caracterização do rural da APA, à luz da nova ruralidade, discutida na primeira etapa. Foram levantados dados censitários, ambientais, econômicos, de modo a compreender o que caracteriza este rural, para além da produção agropecuária. Esta caracterização é complementada pela descrição da forma pela qual o planejamento local enxerga o seu próprio rural, concluindo o processo como um todo.

Deste percurso, ficam alguns questionamentos, isto é, se a APA está tão próxima, mas à margem dos circuitos mais dinâmicos do capital, em que circuitos ela se insere? A literatura sobre esta APA capta essa questão ou não? Há ainda mais uma camada, que não necessariamente se repete em outras áreas similares da Macrometrópole Paulista, que é o fato de se tratar de uma Área de Proteção Ambiental, valendo questionar o quanto isso tem algum peso nas dinâmicas dessa área. É portanto, discutindo a especificidade da ruralidade metropolitana e verificando a partir das dinâmicas locais, a posição ocupada em fluxos não apenas econômicos, que o presente trabalho pretende avançar.

Dito isso, vale ainda fazer uma ressalva com relação aos resultados, no sentido de que a situação pandêmica durante o período de desenvolvimento do trabalho e ausência de visitas a campo, que seriam fundamentais para agregar qualitativamente ao estudo, acabaram limitando um pouco os resultados almejados.

2. PLANEJAMENTO EM ÁREAS RURAIS METROPOLITANAS

Este primeiro capítulo se divide em cinco itens. O primeiro oferece um breve contexto das transformações político-econômicas na escala global na virada do século e como elas atingem os territórios no mundo. O segundo trata de como esse novo contexto reconfigura algumas dinâmicas em territórios rurais no Brasil, durante o mesmo período, e como esse fenômeno também foi acompanhado por uma mudança de paradigma da literatura na forma de compreendê-los. Em seguida, foca-se num importante eixo sob este paradigma, que é a forma de compreender as relações entre rural e urbano, já que ela dita os limites entre essas categorias e o modo de lê-las. O quarto trata de ruralidades metropolitanas buscando captar as especificidades das áreas rurais nesse contexto. Por fim, o quinto capta brevemente alguns apontamentos que a literatura sobre ruralidades metropolitanas têm apontado como desafios.

2.1 Das transformações globais à heterogeneidade dos territórios

Ao longo das últimas décadas, ao menos desde os anos 1990, o Brasil e o mundo experienciaram ondas de novas dinâmicas territoriais e de novas práticas de planejamento que orientam a forma de lidar com essas dinâmicas. O avanço do capitalismo globalizado contemporâneo trouxe efeitos espaciais que contrariavam algumas leituras feitas no passado. Esperava-se que a globalização trouxesse uma maior homogeneização dos territórios, no entanto, esses processos globais aterrissam no chão de forma extremamente heterogênea e o que tem se visto é, na verdade, uma crescente diversificação das dinâmicas territoriais de desenvolvimento (GALVANESE, 2018, p.12).

Autores como Manuel Castells colocam que, neste momento pós-fordista de crescente intensificação dos fluxos de informação e tecnologia, os grandes nós no meio da rede financeirizada global tendem a ser reforçados, concentrando capital econômico, político, simbólico e poder de decisão (GALVANESE, 2018, p. 62). As cidades globais cumprem papel central nesse cenário e tiveram grande enfoque na literatura, sobretudo na passagem dos anos 1990 para os 2000. Elas representam claramente este momento, na medida em que são essas grandes cidades, os locais

que emergem como espaços vencedores, intensamente conectados com a rede da economia global e onde há uma maior concentração de investimentos, operando dentro de uma lógica empresarial de marketing de cidades ou então de competitividade de territórios na busca ativa por atração de investimentos e tecnologia, neste momento de redução do papel do Estado Nacional (VAINER, 2007).

As expressões espaciais desses processos e fluxos globais, portanto, estão muito longe de serem homogêneas. Esses fenômenos acabam por reforçar, em múltiplas escalas, os territórios ganhadores e inseridos nesses fluxos mais dinâmicos do capital, e por consequência, acentuar a fragmentação territorial, produzindo efeitos e trajetórias muito distintas em territórios já bastante heterogêneos, sobretudo na América Latina e no Brasil. Essas heterogeneidades estruturais precisam ser reconhecidas e conhecidas a fundo, dados os diferentes desafios e possibilidades que emergem para o desenvolvimento desses territórios (GALVANESE, 2018).

A compreensão da diversidade e fragmentação territorial não passa apenas pela ideia de regiões “ganhadoras” e “perdedoras”, mas pelos múltiplos efeitos das trajetórias históricas, dos agentes, forças e instituições que os territórios carregam. Com o processo de globalização, territórios urbanos e rurais têm sido palco (e elementos ativos) de novas dinâmicas, atores e relações em múltiplas escalas. Não só as cidades tiveram grandes transformações e reconfigurações no modelo produtivo, dinâmica populacional, emprego e renda; como também, os espaços rurais passaram, cada vez mais, a presenciar: um aumento da pluriatividade e ocupações de seus habitantes em atividades não agrícolas; uma maior multifuncionalidade, com uma intensificação de outras funções, interesses e valores não necessariamente agrícolas (ABRAMOVAY, 2003; CARNEIRO, 2007; SILVA, J. G., 1997; VEIGA, 2004; WANDERLEY, 2000 apud PORTES, 2019; HAESBAERT, 2010). A próxima seção, buscará focar nessas transformações vivenciadas pelas áreas rurais, principalmente no contexto brasileiro, que são reflexo dessas dinâmicas a nível global.

2.2 Transformações do rural brasileiro contemporâneo

A virada do século foi um momento histórico importante para áreas rurais Brasil e no mundo, por ter sido acompanhado de uma série de mudanças estruturais nas características observadas na realidade, bem como representou uma mudança de paradigma na forma de compreender e planejar as mesmas. Talvez a forma mais sintética de tratar essas transformações do ponto de vista do planejamento seja dizer que este momento foi a transição de uma forma de compreender o rural como espaço estritamente agrário e produtivista para um novo paradigma apoiado na ideia de uma nova ruralidade, que condensa todas essas transformações e complexificações vividas ao longo das últimas décadas. Isso tem reflexo na forma com que os planos, políticas públicas e instrumentos de ordenamento territorial têm se apresentado. Eles tendem a não mais se restringir a abordagens setoriais, verticais e centralizados, e têm passado para uma abordagem mais aberta a processos participativos e a um enfoque territorial e intersetorial, levando em conta a interdependência entre áreas rurais e urbanas (FAVARETO e EMPINOTTI, 2021).

A mudança de paradigma nas formas de analisar e intervir no rural, que ganhou relevância ao longo da primeira para a segunda década do século XXI, responde a uma série de transições observadas nas áreas rurais no Brasil pelo menos desde os anos 1990 e na Europa, por exemplo, desde a década de 1980. Maria José Carneiro (2008) traz em autores como Kayser ou Sarraceno, observações sobre dinâmicas que recaiam sobre regiões rurais da França e da Itália ao longo dos anos 1980 e 1990. Carneiro ressalta a heterogeneidade crescente dos espaços rurais, argumentando a favor de uma abordagem sustentada pela noção de economia local ou regional para descrever e interpretar processos de diferenciação espacial (SARRACENO, 1994 apud CARNEIRO, 2008).

As transformações vivenciadas e apontadas vão num sentido distinto ou, por vezes contrário ao que se viu durante boa parte do século XX, como: a retração do êxodo rural em algumas regiões; aumento de ocupações não-agrícolas; implantação de indústrias cultural e turística que se prestam a resgatar e explorar bens simbólicos, arquitetônicos e saberes tradicionais de origem rural. Essas novas condições e situações colocadas ao rural, por diversos motivos (como queda de preços de produtos agrícolas, globalização da economia, ampliação de acesso a

infraestrutura de infraestrutura e serviços), acabam reposicionando e ressignificando estes espaços. O resgate de tradições, a revalorização da natureza para lazer e contemplação e o turismo de final de semana da população urbana despertam e abrem novos caminhos mas também campos de conflito e disputa (CARNEIRO, 2008, p. 29).

A argumentação da autora vai no sentido de esgarçar a visão (bastante comum) dual de urbano e rural, que os entende como polos opostos entre modernidade/tradição, dinâmico/estático, artificial/natural, industrial/agropecuário. Na medida em que essas dinâmicas ganham fôlego, as fronteiras entre rural e urbano (que nunca foram marcadas em pedra) vão se esmaecendo também. A própria dinâmica das populações rurais e urbanas não são tão fixas assim. Para além, por exemplo, das populações rurais que vivem e trabalham em áreas rurais, existem aqueles que moram no urbano mas trabalham no rural, assim como o inverso também; há fluxos temporários, vinculados a lazer e turismo, etc. Certamente, todas essas dinâmicas também são heterogêneas e têm maior ou menor intensidade e contornos específicos entre os territórios. (CARNEIRO, 2008).

As transições observadas no contexto internacional encontram reflexo no contexto nacional e são sintetizadas em três mudanças principais, por Favareto e Empinotti (2021), que caminham juntas dessa transição de paradigmas. O uso dos recursos naturais é um primeiro componente dentre essas mudanças, desvencilhando-se da ideia de que a produção agropecuária é a principal (ou única) vocação das regiões rurais, e trazendo outros aspectos fundamentais. Tratar o rural como espaço cuja principal função é a produção de alimentos não dá conta das outras múltiplas funções que ele já tinha ou adquiriu ou potencializou ao longo das últimas décadas: moradia, biodiversidade, produção de energia, captação de água, conservação para biodiversidade, regulação térmica, etc.

A segunda mudança elencada pelos autores é da relação com as cidades, que é uma via de mão dupla, ou seja, há uma grande interdependência entre espaços rurais e urbanos. Isso envolve fluxo de pessoas, fluxo de produtos e mercadorias, ou ainda, acesso a bens e serviços. Se o que se observava ao longo de boa parte do século XX era, por exemplo, a migração de pessoas do rural para o urbano como uma via de mão única, essa situação têm ganhado outros contornos e, em alguns casos, se invertido. Sobre estas mudanças, os autores ainda complementam:

Mais do que interdependência, em alguns casos os fluxos se inverteram: as áreas rurais são hoje procuradas como local de moradia por habitantes que deixam os grandes centros, criando necessidades novas de organização do espaço e de regulação de seu uso. Uma destas expressões é a conversão de unidades produtivas em chácaras de lazer, ou mais intensamente, o que vem sendo chamado de processo de condominialização, com a transformação de áreas rurais em locais de expansão desenfreada de condomínios fechados de alto padrão no entorno das grandes metrópoles e cidades médias (FAVARETO e EMPINOTTI, 2021).

Como terceira mudança, os autores colocam as relações interpessoais e aspectos culturais dos habitantes dessas áreas, ou seja, a sociabilidade, hábitos de consumo e bens simbólicos. Isto significa dizer que algumas expressões de sociabilidade e bens que eram dados como pertencentes ao urbano, passam a fazer também parte da vida das populações rurais. Não mais o rural é conhecido pela privação a determinados bens como acesso a Internet e isso não significa dizer que essas populações passam a ser consideradas urbanas (FAVARETO e EMPINOTTI, p. 39).

Essas mudanças acabam reforçando a necessidade de planejar espaços rurais contemplando sua complexidade e diversidade de atores, atividades e dinâmicas que não se restringem (e talvez nunca tenham se restringido) única e exclusivamente à produção agropecuária. Elas são parte sintetizada pelos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, assim como pela intensificação e destaque à interdependência entre o rural e urbano. Por multifuncionalidade, refere-se às múltiplas funções que as áreas rurais desempenham por si mesmas e pelas populações que as integram, bem como para áreas urbanas. Por pluriatividade, remete-se ao aumento da presença de atividades rurais não agrícolas que compõem a renda de seus habitantes, como novos tipos de serviços prestados (ex: turismo), empregos em centros urbanos próximos, programas de transferência de renda ou de pagamentos por serviços ambientais, entre outros. E na interdependência entre rural e urbano, ressalta-se a impossibilidade de planejar um desconsiderando o outro em via de mão dupla, reconhecendo a importância e indissociabilidade mútua.

Estas três sínteses são nós centrais da abordagem consolidada na literatura sobre planejamento e desenvolvimento rural como o que se conhece como nova ruralidade. Na realidade, são questões e dinâmicas observadas na literatura internacional e brasileira, ao menos desde a década de 1990 e há um acúmulo significativo sobre a mesma na literatura nacional especializada (ABRAMOVAY,

2003; SILVA, 1994; VEIGA, 2004; WANDERLEY, 2000). Bellenzani et al. (2021) sintetizam este paradigma sob os seguintes aspectos centrais sobre o rural:

- 1) Rural não sendo sinônimo de agrário;
- 2) Rural como conceito territorial e não setorial;
- 3) Rural não se define como oposição ao urbano;
- 4) Rural é heterogêneo em diferentes escalas.

O terceiro aspecto é especialmente importante para o presente trabalho pelo território de análise escolhido e as questões que decorrem deste fato, que serão devidamente tratadas nas seções e capítulos subsequentes.

2.3 Relações entre rural e urbano

A definição do rural é uma questão importante de ser discutida, uma vez que orienta a forma de encarar e analisar estas áreas. Um dos aspectos trazidos pela perspectiva da nova ruralidade é a não definição do rural como simples oposição ao urbano. Como mencionado anteriormente, tratar ambos de forma dicotômica, como dois pólos opostos e fechados em si mesmos é insuficiente e, por vezes, pode ser não muito sensível a todas as dinâmicas mencionadas anteriormente. Analisando o rural, por exemplo, de forma isolada, tende-se a ler estes espaços a partir de características supostamente intrínsecas a estes espaços como a produção agrícola como representante da totalidade do que é o rural, o que pode ser uma ótica limitada ao descartar ruralidades que não se encaixam neste quadro ou têm características outras que acabam sendo invisibilizadas. Um não é a simples negação do outro.

Uma outra possibilidade de compreender essas relações é sob a perspectiva do continuum rural-urbano, que busca enquadrar a gama de características e especificidades que estão localizadas entre essa dualidade conceitual de rural e urbano. No entanto, apesar de reconhecer características rurais no urbano e urbanas no rural, como algo entre ambos, essa perspectiva acaba mantendo a existência de dois polos e priorizando a expansão urbana sobre o rural, como espaço passivo a ser engolido, ao longo do tempo, pelas transformações que emanam do urbano (CARNEIRO, 2008; EMPINOTTI e FAVARETO, 2021). Ou seja,

haveriam espaços com características que misturam os dois polos, mas a tendência de encará-los, por exemplo, como resquícios rurais que estão sendo engolidos pela urbanização extensiva, o que insere esses dois polos de referência numa relação desigual, onde o rural tenderá a desaparecer ao longo do tempo diante do poder massivo da urbanização.

A própria definição oficial pelo IBGE para áreas rurais é de caráter residual, caracterizando-as pela ausência de infraestrutura, pela falta de serviços básicos e um mínimo de adensamento; onde sua emancipação social é comumente vista como “urbanização do campo”, sobretudo quando se encara a questão a partir do campo dos estudos urbanos. É fundamental dizer que bens e serviços não são características do urbano e nem sua ausência é característica do rural; nesse sentido, não se tratam de etapas de desenvolvimento, sendo, necessário compreender as dinâmicas, especificidades e interdependências entre cada um (ABRAMOVAY, 2003; PORTES, 2019).

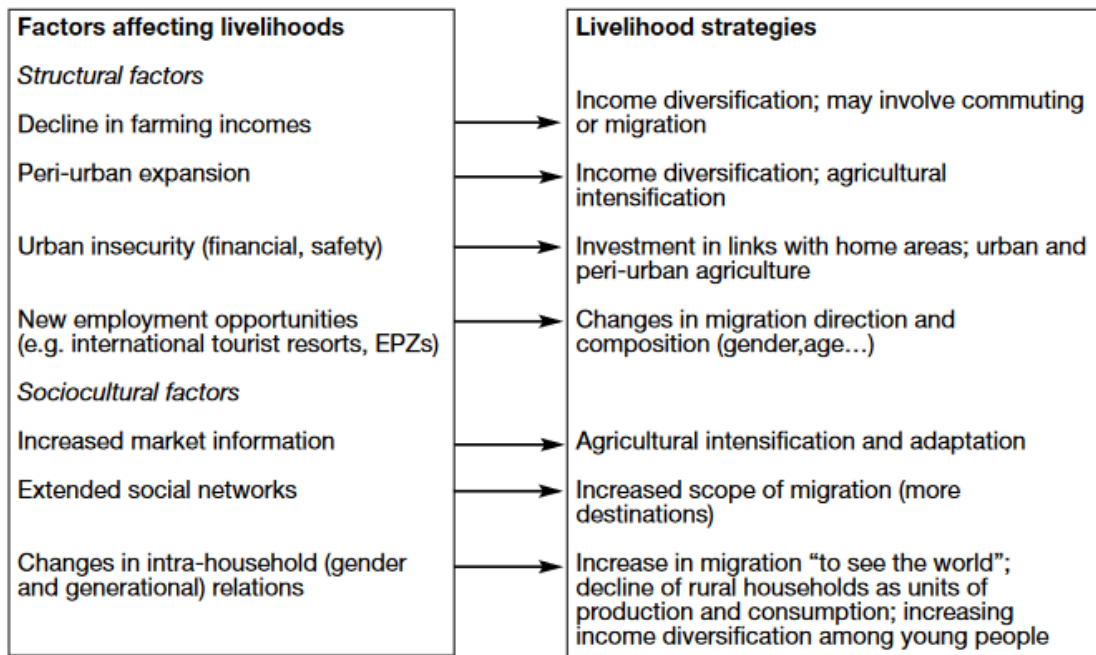
Esta compreensão de interdependências e limites não tão fixos entre rural e urbano importa pois é partindo dela, que se determinam os critérios, ideias, dados e projetos sobre o território. As definições oficiais sobre o que é rural podem tornar alguns territórios invisíveis ou levá-los a reboque de políticas que não fazem sentido nestes territórios, como pode ser o caso, por exemplo, de áreas rurais em municípios altamente urbanizados e/ou regiões metropolitanas. Cada abordagem sobre as relações e limites entre rural e urbano traz uma série de limitações e um extenso debate foi sumarizado por Portes (2019) ao analisar a Região Metropolitana de São Paulo. O autor optou por compreender o entorno da região como um espaço híbrido, com um enfoque territorial capaz de explicar parte da realidade desses espaços, já que os territórios são diversos e heterogêneos e não abarcam uma realidade universal. “Mais do que saber se um distrito censitário é rural ou urbano, o fundamental é compreender qual é a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno” (ABRAMOVAY, 2003 apud PORTES, 2019).

Para além das formas de abordar os vínculos, é fundamental compreender o formato das dinâmicas e relações entre esses territórios, os quais estão unidos por fluxos de pessoas, bens, serviços (ambientais inclusive), que são frequentes, repetidos e recíprocos (BERDEGUÉ, 2014). Os fluxos de pessoas do rural em busca de acesso a mercado e serviços presentes no urbano também encontram, no

sentido oposto, um fluxo de pessoas do urbano em busca de alternativas de lazer e turismo. Mais que uma contingência ou deslocamento ocasional, os territórios rurais e urbanos são interdependentes para suas próprias manutenções e existência, como nos serviços ambientais de provisão de água para abastecimento humano urbano e rural. Neste contexto, cidades pequenas e médias, que muitas vezes cumprem um papel importante de centros regionais, tendem a crescer não apenas demograficamente, como também em sua importância relativa. A título de exemplo, na América Latina, cerca de 40% da população total vive em cidades pequenas e médias. A vida social e econômica de vilas, aldeias e cidades, dependem em grande medida da vida social e econômica dos demais territórios e de seus vínculos. Os territórios não são, portanto, um simples conjunto de localidades, mas um sistema social, de identidade construída socialmente, articulando múltiplas escalas (BERDEGUÉ, 2014).

As variadas transformações e dinâmicas em curso no rural e no urbano, em múltiplas escalas, do global ao local, influenciam fortemente a interação entre ambos e isso é bastante evidente, sobretudo nas porções mais evidentes de interface urbano-rural, como no entorno de regiões metropolitanas. Dinâmicas como a diminuição de subsídios e queda de preços de alguns produtos afeta diretamente a renda de pequenos produtores rurais, assim como a retração de vagas em setores formais de trabalho aumenta a insegurança econômica de trabalhadores em centros urbanos. Isso acaba forçando uma diversificação de fontes de renda e/ou processos de migração entre rural e urbano. Os elos estabelecidos entre rural e urbano, sobretudo nessas áreas de interface, vão afetar de diferentes formas os diferentes grupos sociais e indivíduos presentes nestes territórios, a depender de gênero, idade, raça, assim como filiações políticas e religiosas. Enquanto domicílios de mais alta renda tendem a utilizar recursos rurais e urbanos como parte de estratégia de acumulação, famílias pobres e vulneráveis dependem e negociam nestes espaços por sobrevivência (TACOLI, 2003, pp. 3-6). Cecília Tacoli (2003) sistematiza alguns fatores estruturais e socioculturais que influenciam as formas de subsistência, bem como as estratégias e alternativas de resposta a esses fatores, por parte de populações *periurbanas* e rurais:

Figura 2: Subsistência e vínculos rurais-urbano



Fonte: TACOLI, 2003, p. 7.

Para além das clivagens sociais e econômicas, existem variações na natureza e escopo das relações estabelecidas entre rural e urbano, onde elementos geográficos, ecológicos, sociais, culturais e históricos, assim como os sistemas políticos local e nacional, também influenciam na forma das interações e na forma de responder a estes fatores estruturais e dinâmicas colocadas em jogo. A acessibilidade a centros urbanos pode ser determinante no acesso a mercado, bens e serviços, e conseqüentemente na renda e na estratégia de resposta. Outro fator importante é que as interações entre rural e urbano não se limitam a um centro urbano, mas a uma rede de cidades e regiões, que oferecem múltiplos serviços. Nessas dinâmicas, governos locais (municípios) podem desempenhar papéis importantes na forma de responder a estas dinâmicas. Contudo, pelas próprias dinâmicas em escala nacional e global, a capacidade de intervenção e resposta dos municípios pode ficar debilitada, sendo fundamental pensar de maneira articulada a outros instrumentos e escalas de planejamento e ordenamento territorial (TACOLI, 2003).

Ainda no âmbito do planejamento a nível municipal, os planos diretores por vezes tratam as zonas rurais como zonas ambientais, de modo a conter a expansão urbana difusa e desordenada sobre áreas verdes, relegando a esses espaços uma posição complementar ao urbano, como provedor de serviços para a cidade ou paisagem a ser consumida, mantendo a leitura do rural como espaço secundário (EMPINOTTI e FAVARETO, 2021). Mais do que a resposta a esses estímulos e dinâmicas externas, ou mero palco onde elas se materializam, o rural é também parte ativa do processo, respondendo às pressões do urbano e engendrando outras dinâmicas, mesmo onde ele é invisibilizado.

2.4 Ruralidades metropolitanas: especificidades e complexidades

Quando se pensa em grandes metrópoles hoje, é comum pensar em imagens que remetem a usos, funções, atividades, símbolos e códigos essencialmente urbanos. No entanto, as metrópoles ou cidades-região tendem a ser formadas por territórios complexos, uma rede heterogênea de nós e fluxos de pessoas, mercadorias, informações e outros bens; nessa rede heterogênea, estão territórios diversos. Para além do imaginário centrado no urbano, nas metrópoles coexistem com estes centros urbanizados, áreas rurais que compreendem parcelas significativas dessas regiões, além de estabelecer fluxos e trocas constantes e intensas com os centros dessas metrópoles (TRAVASSOS et al., 2020).

Os fluxos mais dinâmicos do capital e os olhos que eles atraem tendem a relegar as áreas rurais que integram essas regiões à margem. Estas áreas, num olhar menos desatento, revelam ser locais centrais para a manutenção da própria existência e desempenho de usos, funções e atividades urbanas. O exemplo mais claro e crítico são grandes corpos d'água e reservatórios em áreas rurais adjacentes à mancha urbana (ex.: Represa de Paraibuna, no Vale do Paraíba, que abastece cidades de SP e RJ), que dependem fundamentalmente de nascentes e córregos à montante, e que, por sua vez, dependem dos usos e atividades, bem como decisões tomadas nestes territórios, a nível individual e coletivo. (TRAVASSOS e PORTES, 2018; TRAVASSOS et al., 2020)

Por outro lado, é inviável pensar nestas áreas rurais desconsiderando seus vínculos com o centro urbano adjacente, onde há acesso a bens e serviços,

mercado, emprego e oportunidades diversas que não estão presentes localmente. Como exemplo, é possível pensar em jovens moradores de zonas rurais que acessam cursos de ensino superior, deslocando-se regularmente aos centros urbanos, de modo a acessar cursos não existentes no local de origem. Especialmente em regiões metropolitanas, essa interdependência acaba sendo ofuscada e tratada de forma assimétrica, onde o rural acaba adquirindo o papel de prestador de serviços para demandas urbanas ou receptáculo de processos e dinâmicas que se originam no urbano, sem considerar também o poder de agência do rural e as dinâmicas historicamente desenvolvidas a partir dele (EMPINOTTI e FAVARETO, 2021; TRAVASSOS et al., 2021).

No Brasil, recentemente, uma série de autores têm buscado avançar no desafio de trazer as contribuições as novas ruralidades de forma articulada à produção do espaço metropolitano, do ponto de vista de suas características espaciais observáveis, como também na ótica do planejamento e gestão do território, compreendendo os planos e políticas que incidem nestas regiões (GALVÃO, 2017; PORTES, 2019; BELLENZANI et al. 2019; FERNANDES, 2020; TRAVASSOS et al., 2019). Algumas das reflexões trazidas pelos autores, sobretudo ao analisar o contexto da Macrometrópole Paulista vão no sentido do reconhecimento e dar destaque às ruralidades e suas dinâmicas, especialmente nesse contexto onde elas são invisibilizadas; além disso, têm buscado compreender como os discursos, práticas e instrumentos legais de gestão e planejamento territorial enxergam (ou não) essas ruralidades, já que impactarão (direta ou indiretamente) na configuração da paisagem (TRAVASSOS et al, 2019).

2.5 Tendências gerais do planejamento em áreas rurais metropolitanas

A delimitação oficial do que é rural e do que é urbano, de forma dicotômica, a cargo do município e sem categorias intermediárias, dificulta o planejamento, sobretudo nas porções de interface urbano-rural (TRAVASSOS et al, 2019). Ao analisar o Sistema Produtor Alto Tietê, na porção leste da Região Metropolitana de São Paulo, Travassos et al. (2019) identificam tratamentos muito distintos nos Planos Diretores dos municípios que compõem a região de análise. Isso significa dizer que enquanto alguns buscam articular um olhar multifuncional e plural para

suas áreas rurais (por exemplo em Salesópolis, que considera produção agrícola, atrativos turísticos e culturais e tratamento diversificado sem focar no crescimento urbano), outros propõem e buscam um incentivo a adensamento em áreas urbanas, sem considerar a realidade municipal, especialmente as especificidades de suas áreas rurais.

Olhando para uma escala global, tanto no Norte quanto no Sul global, guardadas as devidas proporções, há semelhanças na forma pela qual estas áreas rurais metropolitanas vêm sendo tratadas nas esferas de planejamento. Travassos et al. (2021) resumem dois elementos de destaque:

- 1) A ausência, marginalização ou baixa presença das áreas rurais nas estratégias de regionalização;
- 2) Primazia das cidades e aglomerações em planos e instrumentos territoriais.

Na Europa, por exemplo, a literatura aponta para uma instabilidade na regionalização/diagnóstico e descontinuidade dos planos e programas, além de uma visão estreita, que não compreende a diversidade dessas ruralidades, tratando-as como algo único (Harrison e Heley (2014); Scott (2005) apud Travassos et al., 2021). Na Índia, são destacadas a fragmentação das estruturas de planejamento e o viés urbano com o qual essas áreas são tratadas (KRISHNANKUTTY, 2018, apud TRAVASSOS et al., 2021). Cavalhieri et al. (2021) também trazem questões similares ao observarem a falta de articulação e integração institucional no contexto colombiano.

É cada vez mais um desafio, mas também um imperativo, aprofundar uma caracterização territorial que compreenda as dinâmicas, interdependências e heterogeneidades do rural e do urbano; e para isso também pensar em formas de planejamento e governança territorial de forma interdisciplinar e multiescalar. A área de análise deste trabalho se concentra em áreas rurais compreendidas por duas regiões metropolitanas, o que reforça a relevância dos debates apresentados. Para além disso, ela está localizada numa área ambientalmente protegida, o que confere algumas especificidades adicionais que serão tratadas na seção a seguir.

3. APA ITUPARARANGA: CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADES

Buscando apresentar um contexto geral da área de estudo, este capítulo está organizado em dois itens. O primeiro traz aspectos gerais sobre a APA, assim como o contexto da construção da Represa de Itupararanga e a criação dessa Unidade de Conservação. Já o segundo, tem como foco o Plano de Manejo da APA, levantando aspectos e questionamentos de autores que o discutiram durante a última década desde a sua existência. Nisso, entram temas como a articulação entre o plano e instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores Municipais.

3.1 Contexto e governança ambiental na Área de Proteção Ambiental, APA

As Áreas de Proteção Ambiental são unidades de conservação de uso sustentável, conforme definido pelo SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e são um instrumento de política ambiental, cujo propósito é assegurar o bem estar de populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, admitindo que uma série de atividades e usos humanos podem ser desempenhados dentro de seus limites (BRASIL, 2000; BERNARDI, 2011; SÃO PAULO, 2010).

O SNUC define APA como:

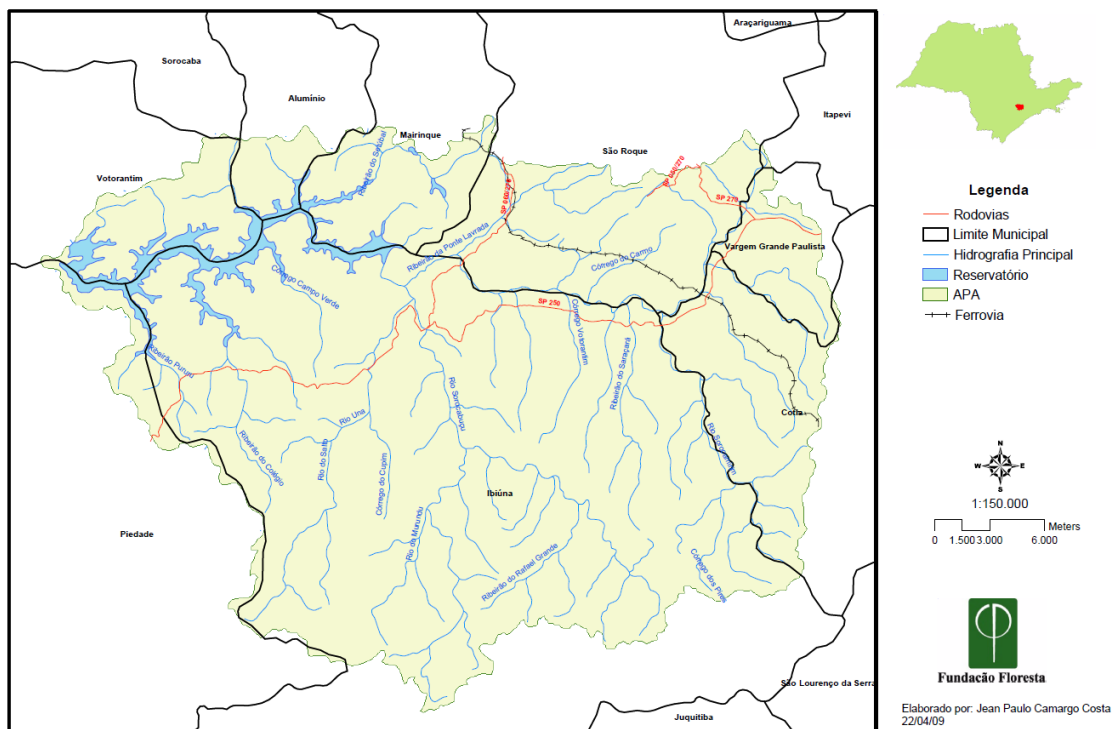
uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Dessa forma, as APAs geralmente possuem características mistas, de modo a orientar atividades produtivas coibindo predação e degradação ambiental, por meio de zonamento e gerenciamento adequados, estabelecidos nos planos de manejo. Por permitir uma abrangência para além de um município, estas podem ser instrumentos importantes para planejamento e ordenamento territorial a nível regional. Contudo, isso também traz algumas dificuldades que remetem a questões diagnosticadas desde os anos 1980, como: falta de articulação entre as diferentes esferas de governo, descontinuidade e não verificação de resultados, baixa participação popular, entre outros (VIEIRA, 2011, p. 39).

A APA Itupararanga foi criada no âmbito estadual, por meio da Lei ordinária nº 10100 de 01/12/1998 e foi alterada pela Lei Estadual 11.579 de 02 de dezembro de 2003. Ela está localizada na porção do Alto Sorocaba da Bacia Hidrográfica do rio Sorocaba, no Estado de São Paulo, a aproximadamente 40 km da capital do Estado. Com 93.651 hectares, sua abrangência compreende a bacia formadora da represa de Itupararanga, composta por parcelas dos municípios de Alumínio, Cotia, Ibiúna, Mairinque, Piedade, São Roque, Vargem Grande Paulista e Votorantim. Todos esses municípios fazem parte de regiões metropolitanas, sendo Cotia e Vargem Grande Paulista pertencentes à Região Metropolitana de São Paulo e os demais, pertencentes à Região Metropolitana de Sorocaba (BERNARDI, 2011; SÃO PAULO, 2010).

A Figura 3, abaixo, demonstra a localização da APA e os municípios de abrangência. Apesar do espelho d'água da represa se concentrar na divisa dos municípios de Votorantim, Alumínio, Mairinque, Ibiúna e Piedade (a oeste no mapa), ela abrange também toda a área da bacia de contribuição, portanto se estendendo até Cotia, São Roque e Vargem Grande Paulista (a leste no mapa e já dentro da RMSP).

Figura 3: Mapa de localização da APA Itupararanga



Fonte: SÃO PAULO, 2010.

Abaixo, na Tabela 1, tem-se a área estimada de cada um dos municípios dentro da APA, assim como a população de cada um deles. Vale destacar o município de Ibiúna, que além de ter maior área absoluta e relativa dentro da APA, também é o que possui maior população residente nos limites da APA, sendo a única com sua sede municipal dentro desse perímetro.

Tabela 1: População e ocupação do território na APA Itupararanga

Municípios	Área Municipal (km ²)	% da área na APA	População 2010 (nº residentes)	% de população no território da APA
Ibiúna	1.059,69	52,33	71.217	97% 3
Cotia	323,89	24,79	201.150	15%
São Roque	307,55	35,22	78.821	18%
Mairinque	209,76	24,5	43.223	11%
Votorantim	184	26,51	108.809	0,3%
Alumínio	83,74	20,01	16.839	7%
Vargem Grande Paulista	33,51	85,45	42.997	79%
Piedade	745,54	1,93	52.143	2%
Total	-	-	615.199	25%

Fonte: Adaptado de SÃO PAULO, 2010, p. 13, a partir de dados do IBGE, 2010.

Sua importância e criação estão intimamente ligadas à existência da represa de Itupararanga e a relevância da área de sua bacia de drenagem para produção de água e abastecimento de populações locais ou não. Existem diversos exemplos não apenas no Brasil, como também na América Latina de áreas protegidas criadas visando a proteção de mananciais hídricos importantes para o abastecimento público e/ou irrigação (VIEIRA, 2011, p. 57).

A represa foi construída pela empresa Light com o objetivo de gerar energia elétrica, tendo iniciado sua operação em 1912. Em 1974 ela passou a ser administrada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), ligada ao Grupo

Votorantim, que está instalada no município de Alumínio. A produção de energia elétrica é direcionada a essa indústria, mas a represa adquiriu ao longo do tempo uma série de outras funções e usos muito valiosos para a população local e de outras regiões, como: abastecimento público de água dos municípios de diversos municípios da região (incluindo Sorocaba), prover água para irrigação agrícola, atividades de lazer e turismo e controle de vazão do rio Sorocaba.

Em 2004, a concessão para a CBA foi renovada, porém contou com audiências públicas e mobilizações, sobretudo da sociedade civil, mas também órgãos públicos diversos, que resultaram no estabelecimento de limites e compensações, em direção a uma quebra de hegemonia do setor elétrico na gestão dos usos dos recursos hídricos na região. Para tanto, a atuação do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) foi fundamental, contando com o envolvimento de prefeitos e participação ativa do estado e sociedade civil ao longo dos anos 1990 (ALMEIDA et al., 2017; BERNARDI, 2011, pp. 14-16).

Com relação à APA, em São Paulo, a Fundação Florestal é o órgão responsável pelo gerenciamento de todas as unidades de conservação estaduais, parques e estações ecológicas, reservas e áreas de proteção ambiental, entre outras categorias (SÃO PAULO, 2011 apud VIEIRA, 2011, p. 46). Contudo sua gestão conta também com um Conselho Gestor, de caráter consultivo¹, buscando elaborar e acompanhar a implementação do Plano de Manejo, além de acompanhar a aplicação de recursos, avaliar documentos e propostas, entre outras atribuições. Além disso, no que diz respeito a sua composição, ele é tripartite, formado por representantes dos municípios, órgãos estaduais e sociedade civil (comunidade científica, organizações não governamentais, populações tradicionais, etc.).

Luizi Estancione (2015, pp. 111-114) buscou compreender, a partir de entrevistas e acompanhamento do Conselho Gestor, processos de governança e aprendizagem social na APA Itupararanga. Entrevistas com participantes ativos do CG que estiveram presentes no contexto de criação da APA, tornaram possível registrar algumas impressões individuais desses atores acerca de elementos que foram importantes neste cenário e também os que seriam para sua manutenção,

¹ Decreto nº 48.149, de 09/10/2003

bem como, num âmbito mais pessoal, os vínculos e relações deles mesmos com a APA e que os motivaram a participar desse processo.

No campo dos vínculos e motivações, morar ou já ter morado na região foi um fator mencionado mais de uma vez nas entrevistas; e junto a isso, a percepção da centralidade da proteção do manancial para abastecimento de água. Paralelamente, os entrevistados ressaltaram como aspectos fundamentais no momento de concepção da APA: a importância da participação social e da forte atuação da figura institucional do CBH-SMT. Junto a isso, também aparecem nas falas, aspectos relevantes para a continuidade e manutenção da APA, como: conscientização contínua de atores locais, sobretudo os agricultores, já mais sensíveis, segundo o entrevistado, “às causas da vegetação e da água”; e também, acompanhamento dos desdobramentos do Plano de Manejo, Plano de Bacia e Planos Diretores (ESTANCIONE, 2015).

Os relatos que a autora registra dão bastante destaque, de modo geral, à importância da participação social e mobilização de diversas entidades para a criação da APA. Também é ressaltada, no entanto, que a importância da APA adquirida ao longo do tempo acaba sendo vinculada a sua utilidade para a população, sobretudo da Região Metropolitana de Sorocaba, e não tanto para a proteção do bem em si (supostamente, a represa) (ESTANCIONE, 2015, p. 115).

O ponto trazido sobre a centralidade do CBH-SMT para a constituição da APA e sua relevância como força institucional para manutenção da mesma, também tem destaque para esses membros. No momento de discussão para constituir a APA, alguns municípios (como Cotia e Vargem Grande Paulista), não queriam participar ou estarem inseridos na APA, temendo que houvesse, com ela, um engessamento de atividades econômicas desempenhadas na área. Estes municípios só foram incorporados posteriormente, graças à influência capitalizada pelo CBH-SMT. Outro ator importante que não se envolveu nas discussões inicialmente, foi a CBA. Seu envolvimento e participação no CG da APA só ocorreu posteriormente, com uma cobrança mais rigorosa de sua participação, ainda que fosse uma das principais beneficiárias da represa, sobretudo para geração de energia elétrica (ESTANCIONE, 2015, pp. 115-119).

Os entrevistados apontam para a importância de haver um acompanhamento dos desdobramentos de instrumentos como o Plano de Manejo, Plano de Bacia e Planos Diretores, evidenciando uma incompreensão, num primeiro momento, dos

impactos e responsabilidades da gestão do uso do solo municipal nas escalas regional e estadual. Apesar de avanços, comprometimento e participação dos municípios no CG, foi apontada uma dificuldade de incorporação concreta dos esforços, estudos e diretrizes construídos no âmbito da APA pelos municípios e suas secretarias, sobretudo na elaboração e revisão dos Planos Diretores (ESTANCIONE, 2015, pp. 120-124). Estes são instrumentos extremamente relevantes ao disciplinar e orientar o uso, ocupação e parcelamento do solo a nível local. A seguir, esse tema será tratado em conjunto com o principal instrumento da APA, que é o Plano de Manejo e seu zoneamento.

3.2 Plano de Manejo e Zoneamento da APA

O Plano de Manejo, previsto no SNUC, é um importante instrumento das Unidades de Conservação para alcançar os objetivos almejados pela Unidade, detalhando atividades, indicadores e metas a serem cumpridas. O zoneamento e as normas e diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo são, então, fundamentais na orientação dos usos da área e manejo de recursos naturais (SÃO PAULO, 2010).

A APA Itupararanga possui um Plano de Manejo elaborado em 2010, sob a responsabilidade de seu Conselho Gestor. Nele, destaca-se o objetivo geral do zoneamento: promover o ordenamento do uso e ocupação do solo, conservação e preservação dos recursos naturais. Além disso, colocam-se como objetivos específicos:

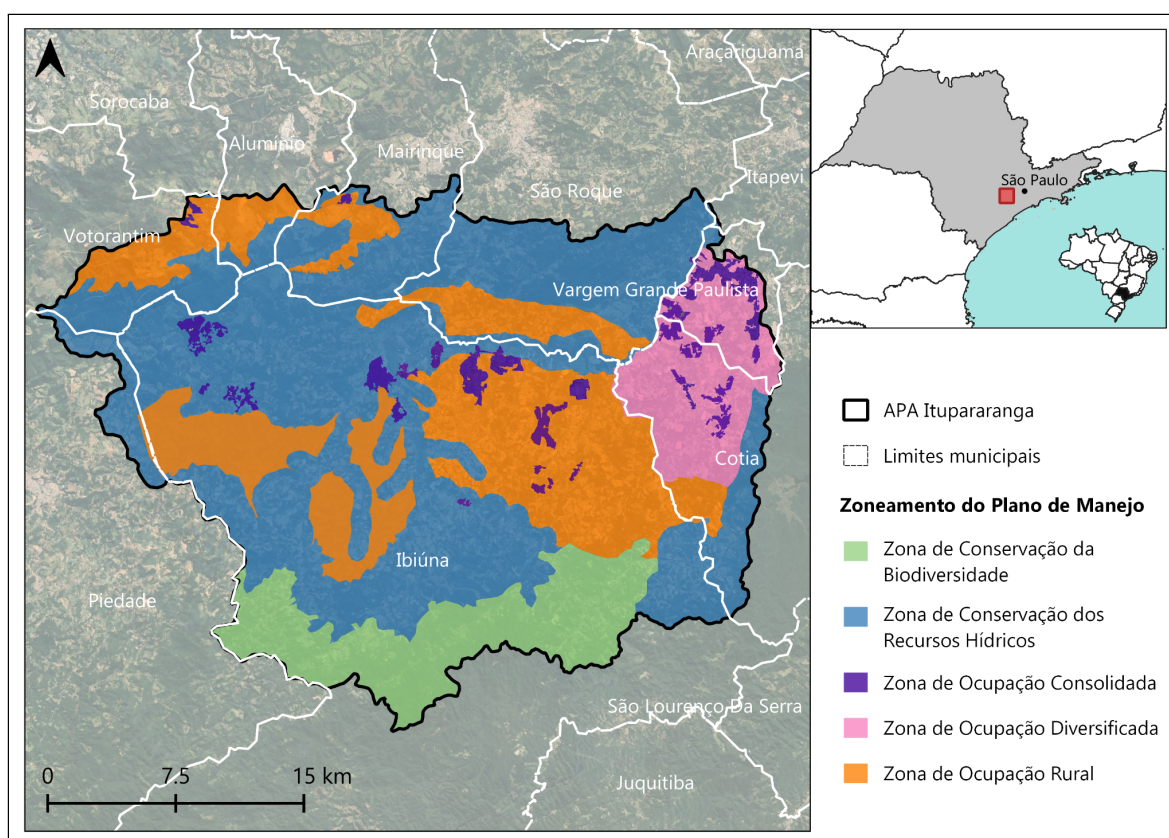
- I. Proteger os recursos hídricos e promover a melhoria de sua qualidade;
- II. Assegurar a sustentabilidade dos usos dos recursos naturais;
- III. Disciplinar o uso e ocupação do solo e a exploração dos recursos naturais, impedindo ou minimizando a implantação de atividades potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água;
- IV. Preservar e conservar os fragmentos de vegetação nativa;
- V. Preservar e conservar a vegetação de matas ciliares;
- VI. Compatibilizar os instrumentos legais urbanísticos com a gestão da APA de Itupararanga visando assegurar o crescimento ordenado dos municípios e a proteção de seus recursos naturais (SÃO PAULO, 2010, p. 75).

A partir desses objetivos, o zoneamento estabelece as seguintes divisões, que podem ser vistas na Figura 4 (BERNARDI, 2011, p. 20; SÃO PAULO, 2010, pp. 75 - 82):

1. Área de Conservação:

- a. Zona de Conservação da Biodiversidade (ZCB);
 - b. Zona de Conservação dos Recursos Hídricos (ZCRH).
2. Área de Ocupação Dirigida:
- a. Zona de Ocupação Diversificada (ZOD);
 - b. Zona de Ocupação Rural (ZOR);
 - c. Zona de Ocupação Consolidada (ZOC).

Figura 4: Zoneamento ambiental da APA Ituparanga (2010)



Fonte: Elaboração própria a partir de SÃO PAULO, 2010.

A ZCB corresponde à porção mais restritiva da APA, compreendendo florestas e vegetação natural que devem ser mantidas, além de cabeceiras de cursos d'água que formam a bacia de contribuição da represa. A ZCRH compreende importantes áreas de nascentes, córregos e rios que contribuem para a formação da represa, onde são admitidas atividades de lazer, pesca não industrial, ecoturismo, visitação contemplativa, agropecuária (desde que tenha um uso racional de agroquímicos e promovam conservação do solo e recursos hídricos). Na ZOC estão

núcleos urbanos, loteamentos ou áreas em processo de urbanização, e é onde sugere-se a recuperação de áreas degradadas e condicionamento da expansão urbana à adequação de infra-estrutura básica. A ZOD é identificada como a porção da APA “em processo de urbanização”, onde se pretende limitar impactos e disciplinar novos loteamentos e condomínios, manter remanescentes florestais existentes, controlar expansão urbana, promover atividades de potencial de ecoturismo e de “resgate da cultura rural”; portanto há a coexistência de múltiplos usos e atividades presentes, por exemplo, nas duas zonas anteriores, associados usualmente tanto ao urbano, quanto ao rural. Já na ZOR, do chamado uso predominantemente rural, são contempladas áreas de propriedades rurais de uso agrícola, principalmente, onde permite-se atividades agrossilvopastoris de baixo impacto ambiental, sobretudo quanto ao uso de agroquímicos (buscando evitar seu uso inadequado) (SÃO PAULO, 2010, pp. 74-82).

Apesar da implantação da APA, o intervalo de dez anos até a elaboração de seu Plano de Manejo abriu margem para que os Planos Diretores Municipais fossem produzidos ao longo da década sem esta referência, o que causou alguns descompassos e desencaixes entre as diretrizes e usos previstos nos dois instrumentos. Iara Bernardi (2011), ao analisar os Planos Diretores e comparar com o Plano de Manejo da APA, identifica uma série de conflitos entre os dois instrumentos. Por conflitos, no contexto de sua dissertação, a autora se refere às discrepâncias e falta de aderência entre os usos e diretrizes previstas nos zoneamentos dos Planos Diretores, com os definidos no Plano de Manejo da APA. Um exemplo desses conflitos é o caso de Ibiúna, que possui grande parte de sua zona de Destinação Industrial inserida em zonas mais restritivas da APA, como a Zona de Conservação de Recursos Hídricos. Num outro caso, no município de São Roque, áreas delimitadas como Macrozona de Consolidação Urbana (que estimula o adensamento urbano) se sobrepunham à Zona de Conservação de Recursos Hídricos e à Zona de Ocupação Rural da APA.

Para além do largo intervalo de tempo entre a criação da APA e a elaboração do Plano, como potenciais causas dessas desconformidades, Bernardi aponta a baixa participação popular na elaboração dos planos diretores como um possível motivo de parte desses conflitos. Além disso, ela identifica que muitos dos planos elaborados no período de análise se restringem a diretrizes nacionais, estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, e não se atentam às particularidades locais.

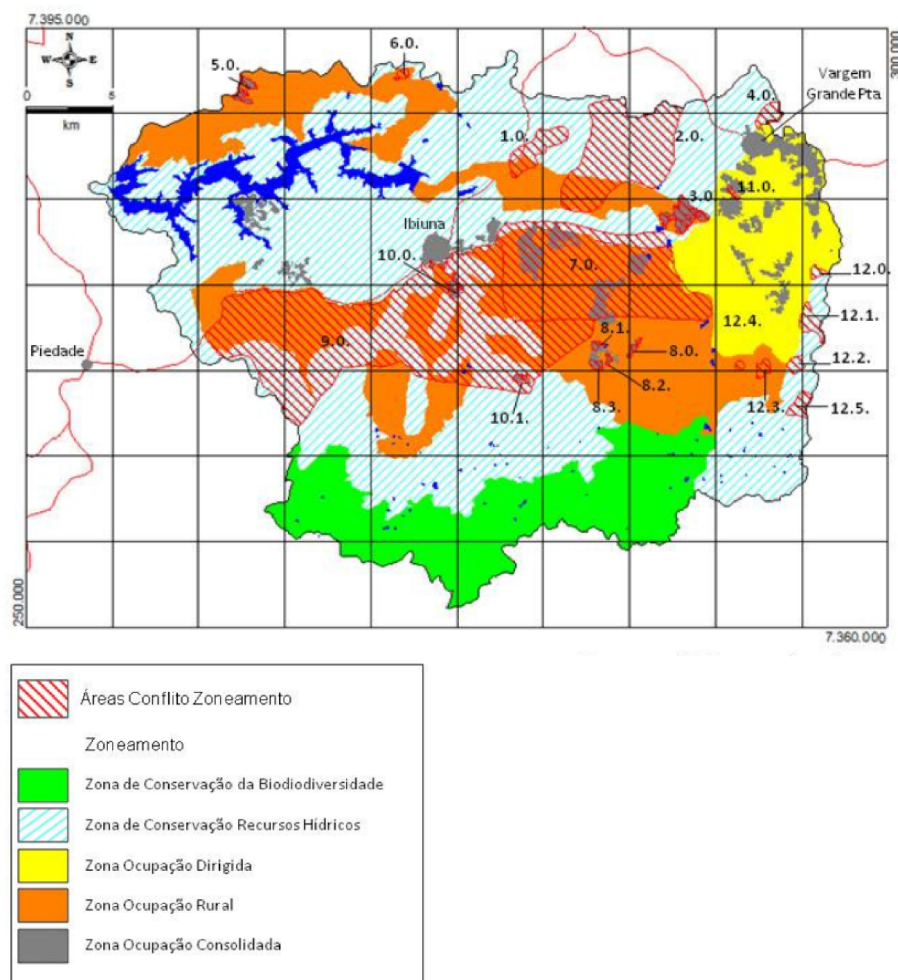
Em análise textual dos Planos Diretores, a autora identifica temas caros ao Plano de Manejo da APA que sequer são mencionados em alguns municípios, conforme a Tabela 2 (em que as letras correspondem às iniciais de cada município). E ainda, áreas em que os zoneamentos se conflitam do ponto de vista das destinações e diretrizes locais (Figura 5).

Tabela 2: Análise textual dos Planos Diretores (PD) dos municípios situados na APA Itupararanga em 2011. C Cotia; I – Ibiuna; M – Mairinque; P – Piedade; SR – São Roque; VGP – Vargem Grande Paulista e V – Votorantim.

Temas previstos nos PD / Municípios (% na APA)	C	I	M	P	SR	VGP	V
	9%	62%	6%	2%	12%	3%	5%
Preservação de áreas de mananciais e corpos d'água							
Previsão de manutenção de áreas verdes e matas ciliares							
Previsão de ações para coibir assentamentos irregulares em áreas de preservação ambiental							
Promoção de ações de educação ambiental							
Previsão de criações de unidades de conservação municipal							
Promoção de ações e práticas para agricultores de área rural visando a proteção de mananciais							
Previsão de criação de reserva florestal legal para áreas rurais							
Previsão de tratamento de esgotos para assentamentos urbanos na área da APA							
Previsão de criação de programas de incentivo à reposição florestal em APPs							
Previsão de incentivos para compensação de proprietários de áreas adequadamente preservadas na região de mananciais							

Fonte: BERNARDI, 2011, p. 28.

Figura 5: Conflitos existentes entre os zoneamentos dos Planos Diretores e Plano de Manejo



Fonte: BERNARDI, 2011, p. 55.

O contexto de criação da APA apontado no primeiro tópico do capítulo, traz um breve levantamento sobre a constituição da APA Itapararanga e suas principais características, bem como o zoneamento do seu Plano de Manejo. O contexto democrático e participativo no qual se insere a atuação do CBH-SMT para a criação da APA foi importante, inclusive para possibilitar a incorporação de atores sociais fundamentais (urbanos ou vinculados a um ideal urbano-industrial) que não se interessaram num primeiro momento. Esse distanciamento também se repete quando se comenta sobre o município de Sorocaba ou a CBA, que se beneficiam da água e energia da represa, enquadrando a APA e as ruralidades que a compõem, numa posição de provisão de serviços complementares ao urbano, sem se envolver e discutir complementaridades, interdependências, condições de uso, mitigação de impactos.

É interessante notar esse distanciamento dos municípios da RMSP (Cotia e Vargem Grande Paulista) nesse contexto e como seus Planos Diretores pouco contemplam temas sensíveis à APA (Tabela 2). Ademais, apesar da existência de uma porção significativa de áreas em que há conflitos entre os zoneamentos, sobretudo em Ibiúna e São Roque (Figura 5), eram estes os municípios que previam adaptar suas legislações de uso e ocupação do solo e Planos Diretores posteriormente (BERNARDI, 2011, p. 27).

A partir do zoneamento da APA, também é interessante observar como quase todas as zonas poderiam ser entendidas, em alguma medida, como rurais diversos dentro da APA, revelando múltiplas funções e atividades possíveis, disciplinadas ou condicionadas à mitigação de impactos ambientais na região (sobretudo solo, água e biodiversidade). Quase todas as zonas elencadas, potencialmente, poderiam ser consideradas rurais (exceto a ZOC) sob um olhar multifuncional e pluriativo do mesmo, onde se entrecruzam atividades de lazer, turismo, produção agropecuária e conservação de remanescentes florestais. Ainda assim, apenas a ZOR leva este nome, trazendo uma compreensão setorial sobre o rural, pautada pela predominância da produção agropecuária, ofuscando possibilidades de usos diversos, compatíveis às condicionantes da APA.

Além do desafio já pautado anteriormente no texto, de marginalização do rural e primazia do urbano no planejamento, sendo a APA uma área ambientalmente sensível e que é estratégica para as populações em diferentes escalas, algumas compreensões em comum deveriam ser equalizadas para que os instrumentos consigam orientar o território, oferecendo alternativas a partir do que já existe.

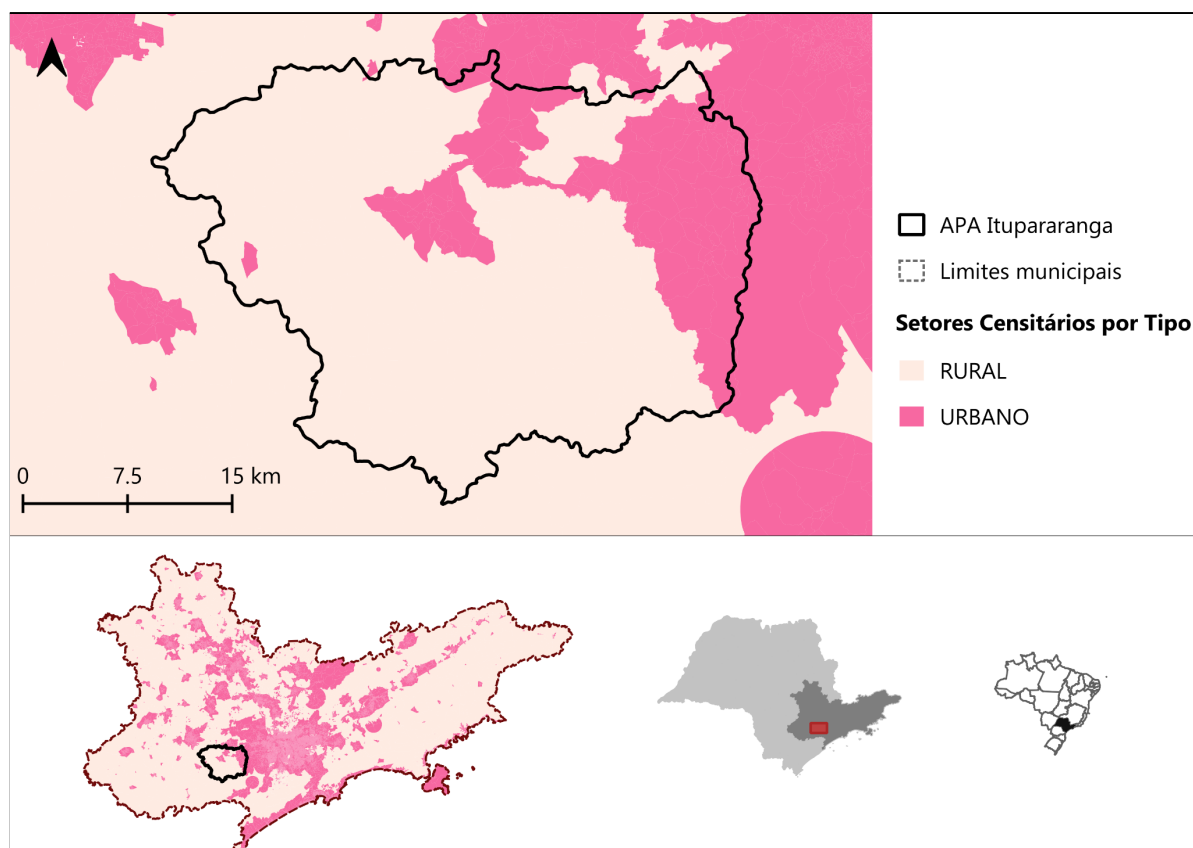
4. CARACTERIZAÇÃO DO RURAL NA APA

A partir da contextualização exposta no segundo capítulo sobre as novas dinâmicas e formas de compreender as ruralidades em metrópoles e seus desafios, e pensando na especificidade da APA, este capítulo busca caracterizar as ruralidades existentes na APA Itupararanga. A primeira seção deste capítulo contextualiza brevemente o rural da Macrometrópole Paulista, apresentando como ele é visto institucionalmente e como ele poderia ser compreendido, considerando sua diversidade e especificidade, que são ofuscadas ante à primazia do urbano. Em seguida, é feita uma caracterização da região, com foco nos municípios da APA, a partir de dados públicos e revisão da literatura. Esta etapa busca apresentar o rural sob uma lente mais ampla que apenas observar a produção agropecuária. Por fim, a última seção do capítulo trata do lugar desse rural nas escalas de planejamento que recaem sobre a região, porém, dando especial enfoque ao nível municipal, usando como exemplo, o Plano Diretor de Ibiúna. A partir das considerações sobre esse exemplo, e o contexto da APA, encaminha-se para as considerações finais, traçando alguma relação com a revisão da literatura dos primeiros capítulos do trabalho.

4.1 O rural na Macrometrópole Paulista

A maneira como se delimita rural e urbano hoje, tem múltiplas limitações e perpetua, como já mencionado anteriormente, o viés de que ele se tornará urbano ao longo do tempo, como rota única de desenvolvimento. Na Figura 6, os setores censitários dos municípios pertencentes à APA Itupararanga e o seu entorno, são classificados de acordo com seu tipo (ou seja, urbano ou rural), conforme utilizado no Censo 2010. Nota-se que apesar das características e padrões territoriais intra municipais bastante distintos, Vargem Grande Paulista e Cotia possuem todos os seus setores censitários classificados como “urbano” (no segundo município, inclusive, existe a Reserva Florestal do Morro Grande e o bairro de Caucaia do Alto, ambos inteiramente classificados da mesma forma).

Figura 6: Setores censitários urbanos e rurais na APA



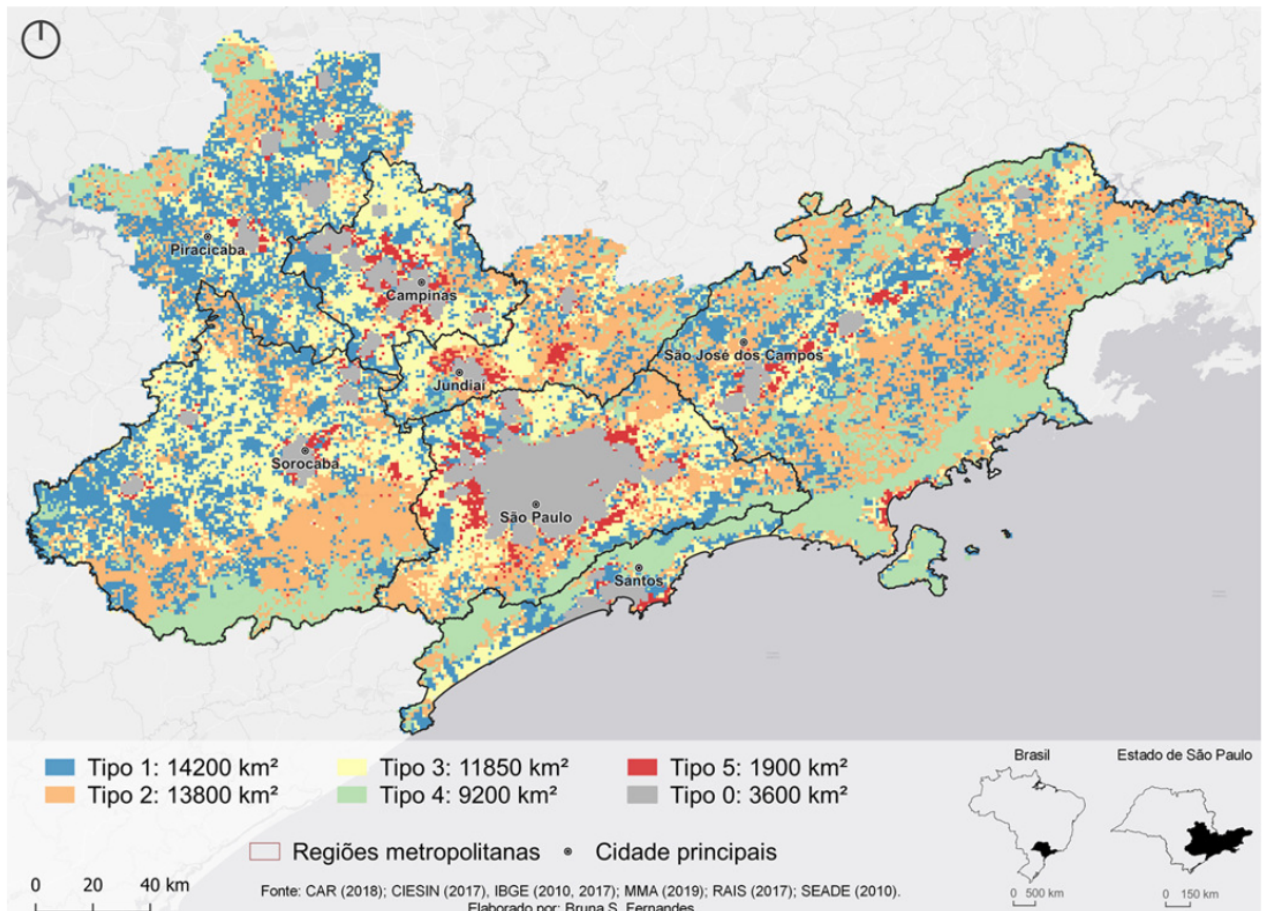
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2010.

Diferentemente, ir além das categorias unidirecionais, oficial e tradicionalmente utilizadas, é fundamental. No entanto, o debate colocado por diversos autores que procuraram detalhar as características definidoras da nova ruralidade, nos lembra que para reconhecer o rural, especialmente no contexto metropolitano, onde ele é invisibilizado, o instrumental teórico e analítico precisar estar atento às novas dinâmicas em curso e que moldam um rural multifuncional, pluriativo e heterogêneo. Não é cabível compreendê-lo somente a partir de uma visão ideal do rural como lugar da produção agropecuária exclusivamente.

Justamente buscando entender essa heterogeneidade, Fernandes (2020) elaborou tipologias para compreender os “rurais” que compõem a Macrometrópole Paulista. Desse esforço, foram regionalizados cinco tipos a partir de uma série multidimensional de variáveis. Na Figura 7, vemos estes cinco tipos distribuídos, além das áreas com características urbanas, que correspondem à cor cinza no mapa. Com o olhar atento à área de abrangência da APA Itupararanga, o Tipo 2 (em laranja no mapa) é o que se destaca, ocupando sua maior parte, a oeste no mapa,

na porção sudeste da Região Metropolitana de Sorocaba. Vale destaque também a algumas porções no Tipo 5, na divisa com a Região Metropolitana de São Paulo, onde estão os municípios de Cotia e Vargem Grande Paulista.

Figura 7: Tipologias rurais na Macrometrópole Paulista



Fonte: FERNANDES, 2020, p. 16.

A tipologia 2 possui como principais características:

- Alta presença de área com remanescentes e áreas de proteção;
- Poucos vínculos formais de emprego na agricultura e maior número na indústria;
- Taxa de desemprego alta;
- Alto número de estabelecimentos agropecuários;
- Alta presença de chácaras e sítios de produção;
- Renda per capita baixa;

- Alta porcentagem de domicílios com saneamento inadequado e descarte inadequado de lixo (FERNANDES, 2020, p. 19).

Algumas das características observadas na APA estão claramente representadas aqui, como a relevância de ser uma Unidade de Conservação, a presença importante da produção agropecuária, ou ainda a presença de muitos estabelecimentos agropecuários.

Com relação à tipologia 5, que se aproxima do bairro de Caucaia do Alto (em Cotia), nota-se uma interface mais próxima com o centro urbano da RMSP, estabelecendo outros vínculos e relações, sendo um eixo de expansão urbana. Suas principais características são:

- Baixa presença de remanescentes e áreas protegidas, e alto crescimento populacional;
- Número elevado de empregos formais na agricultura, mas relativamente pequeno comparado a outros setores;
- Alta taxa de desemprego e presença de áreas vulneráveis;
- Trabalhadores rurais mais qualificados e número médio de estabelecimentos agropecuários (FERNANDES, 2020, p. 23).

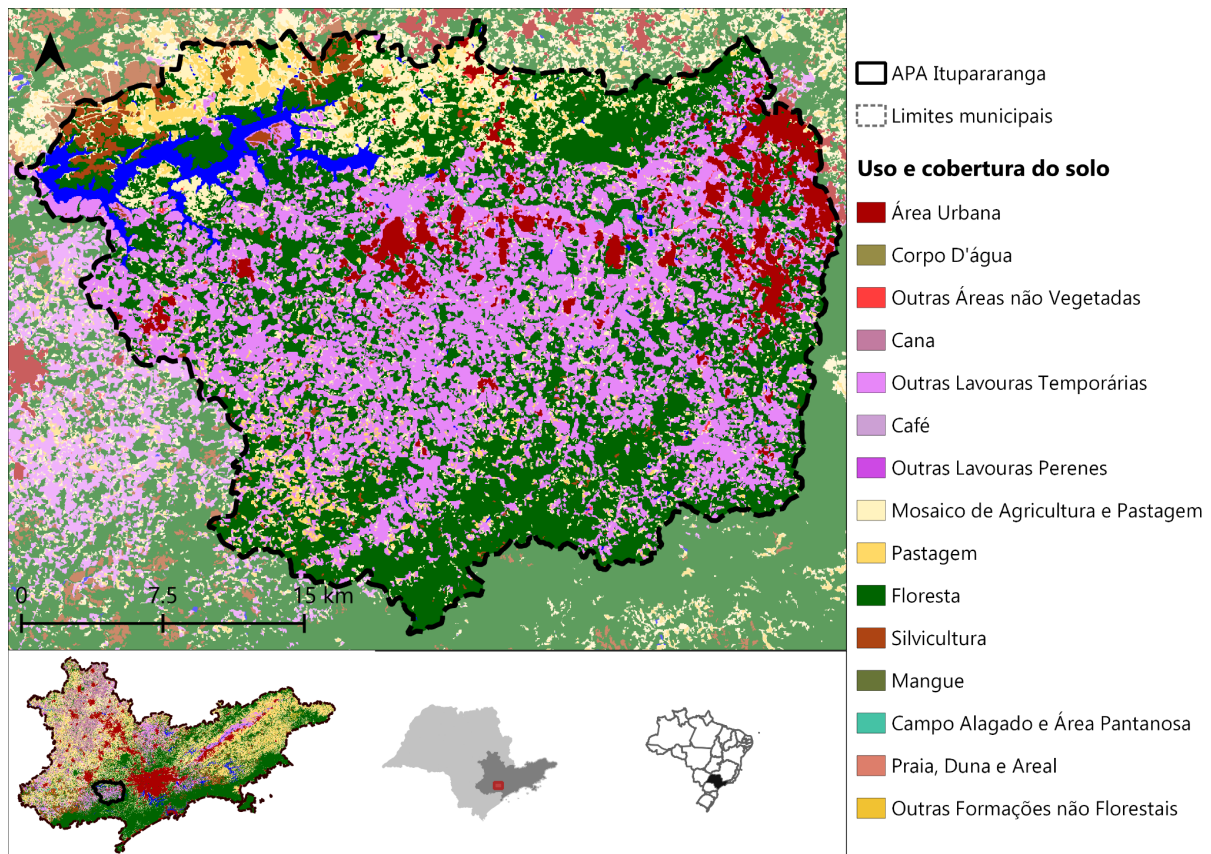
Essas tipologias sintetizam muito bem boa parte das dinâmicas existentes na porção da Macrometrópole Paulista ocupada APA. Contudo, dentro das tipologias existem especificidades e dinâmicas locais que são determinantes para existência desse retrato geral, e que auxiliam a compreender este território em movimento e as dinâmicas em curso que potencialmente serão relevantes ao longo do tempo.

4.2 O rural nos municípios da APA

A APA Itupararanga possui, no território de cada município que a compõe, especificidades e trajetórias próprias, mas que dialogam entre si. Esse caminho percorrido por cada um ao longo do tempo, os usos, atividades e dinâmicas territoriais vão moldando e conformando a paisagem. Na Figura 8, observam-se as principais classes de uso e cobertura do solo dentro de seus limites em 2020. Nele, destaca-se, além dos remanescentes que, fragmentados, distribuem-se pela área: a

represa de Itupararanga na porção noroeste (em azul escuro); a presença intensa de áreas de culturas agrícolas temporárias (em rosa) distribuídas em toda a extensão; porções com presença de pastagens e silvicultura no extremo noroeste da APA, porção que contempla os municípios como Votorantim e Alumínio (marrom e amarelo); e áreas urbanas (em vermelho), que se distribuem na porção norte do município de Ibiúna, ao longo da Rodovia Bunjiro Nakao, que cruza seu território de leste a oeste, tendo maior presença nas porções de Cotia e Vargem Grande Paulista. Nestes dois últimos municípios, nota-se uma coexistência heterogênea entre várias classes de uso.

Figura 8: Uso e ocupação do solo na APA



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MAPBIOMAS, 2020.

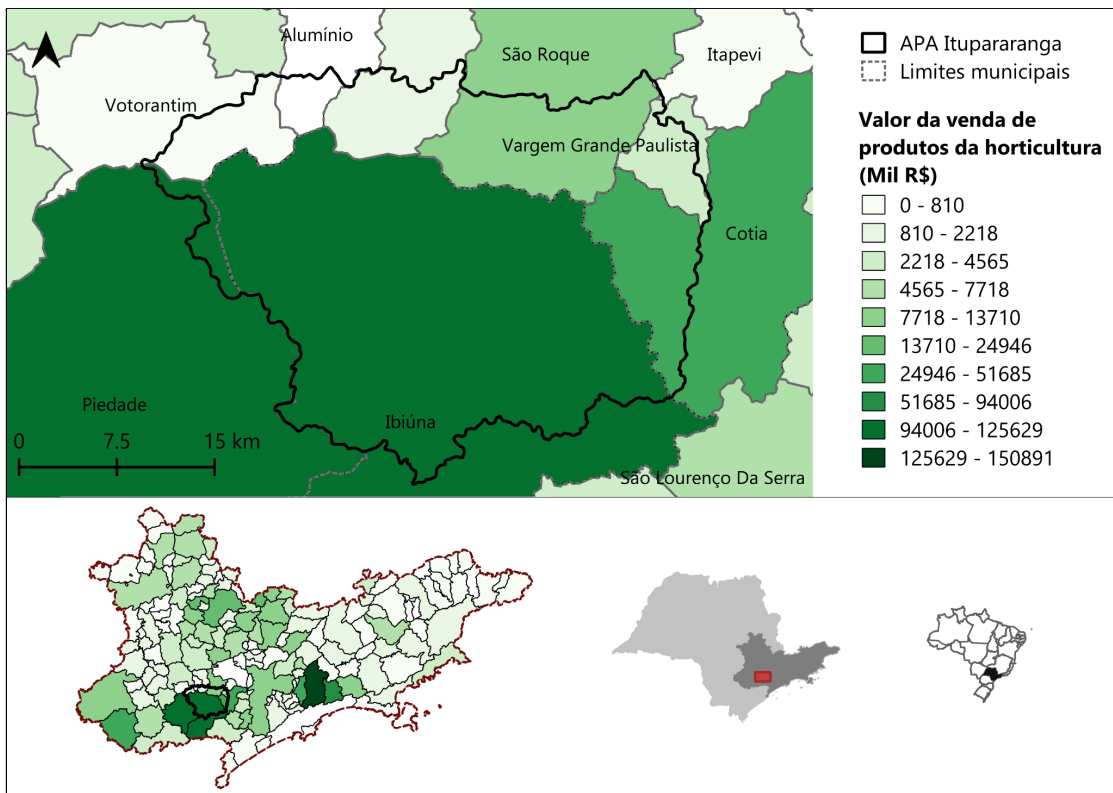
A partir da presença expressiva de áreas caracterizadas como de “atividades rurais”, vale destringir ou procurar compreender as atividades predominantes e características gerais da ruralidade da região. Dentro dessas características, é fundamental ressaltar os elementos marcantes da nova ruralidade, pluriatividade e

multifuncionalidade. É ainda bastante relevante entender qual o tipo de produção agropecuária e suas dinâmicas locais para áreas rurais, ainda mais quando estamos tratando de regiões metropolitanas onde essas características são invisibilizadas, mas é importante que não fiquemos restritos a ela.

Dados recentes do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA, 2017) revelam uma parcela significativa de área com culturas temporárias, principalmente nos municípios de Ibiúna e Piedade, que se enquadram como principais responsáveis pelo fornecimento de hortaliças para as centrais de abastecimento das regiões metropolitanas de São Paulo e Sorocaba (FAGLIARI, 2017, p. 70). A Figura 9 ilustra comparativamente o volume total de venda de produtos de horticultura da região e dos demais municípios da Macrometrópole Paulista. Na mesma figura, porém observando o contexto de outras porções da Macrometrópole, os municípios que se equiparam ou superam este volume estão do outro lado da Região Metropolitana de São Paulo, com relevantes produções deste segmento nos municípios do Sistema Produtor Alto Tietê.

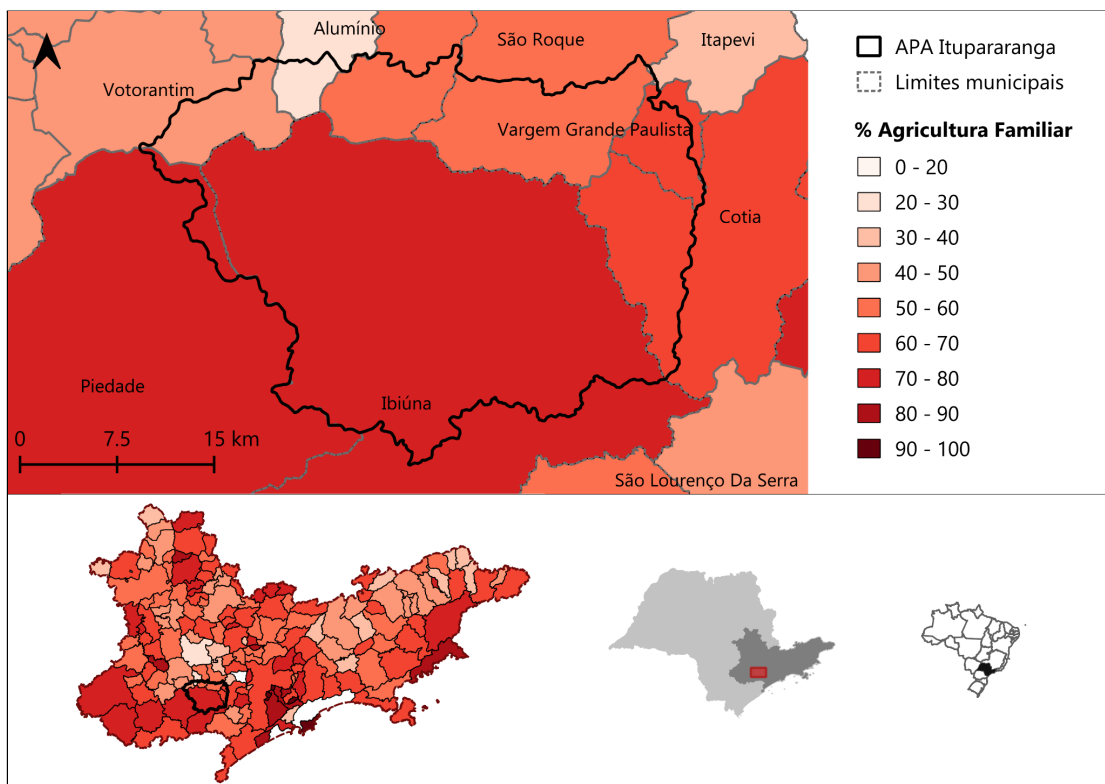
Além disso, vale mencionar o perfil desses produtores, que no caso de Piedade e Ibiúna, são majoritariamente da agricultura familiar, como demonstra a Figura 10. Em Ibiúna existem agricultores vinculados a três principais cadeias produtivas: olericultura convencional, olericultura orgânica e fungicultura. A produção de hortaliças tem alta exigência nutricional e de mão de obra, demandando preparo constante do solo, sendo a solução muitas vezes encontrada, utilizar defensivos agrícolas sem recomendações e cuidados técnicos. Há a existência de cooperativas no município, mas que não alcançam um número tão alto de produtores, comparados ao total (Ibiúna, 2010). Algumas cooperativas e associações locais (ex.: APPOI; CAISP) têm procurado fazer produções orgânicas e hidropônicas como diferenciais que agregam valor ou durabilidade aos produtos. No caso da CAISP, há inserção em redes de hipermercados da RMSP e outras regiões de São Paulo (BERNARDO, 2015).

Figura 9: Valor da venda de produtos da horticultura



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Figura 10: Perfil do proprietário rural na APA: Agricultura Familiar



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Observando o quanto cada setor da economia representa no PIB de cada município, percebe-se que o valor comparativamente elevado na produção de hortaliças em Piedade e Ibiúna, também se reflete no PIB e na relevância do setor agropecuário nesses municípios. Todos têm grande relevância no setor de serviços, mas em alguns casos, a agropecuária participa muito pouco, por vezes, em menos de 1% do PIB (Cotia, Mairinque, São Roque, Alumínio e Votorantim). Em Alumínio e Mairinque, por exemplo, a indústria ocupa um papel preponderante (no caso do primeiro, potencialmente pela planta industrial da CBA).

Tabela 3: Produto Interno Bruto municipal e participação dos setores da economia

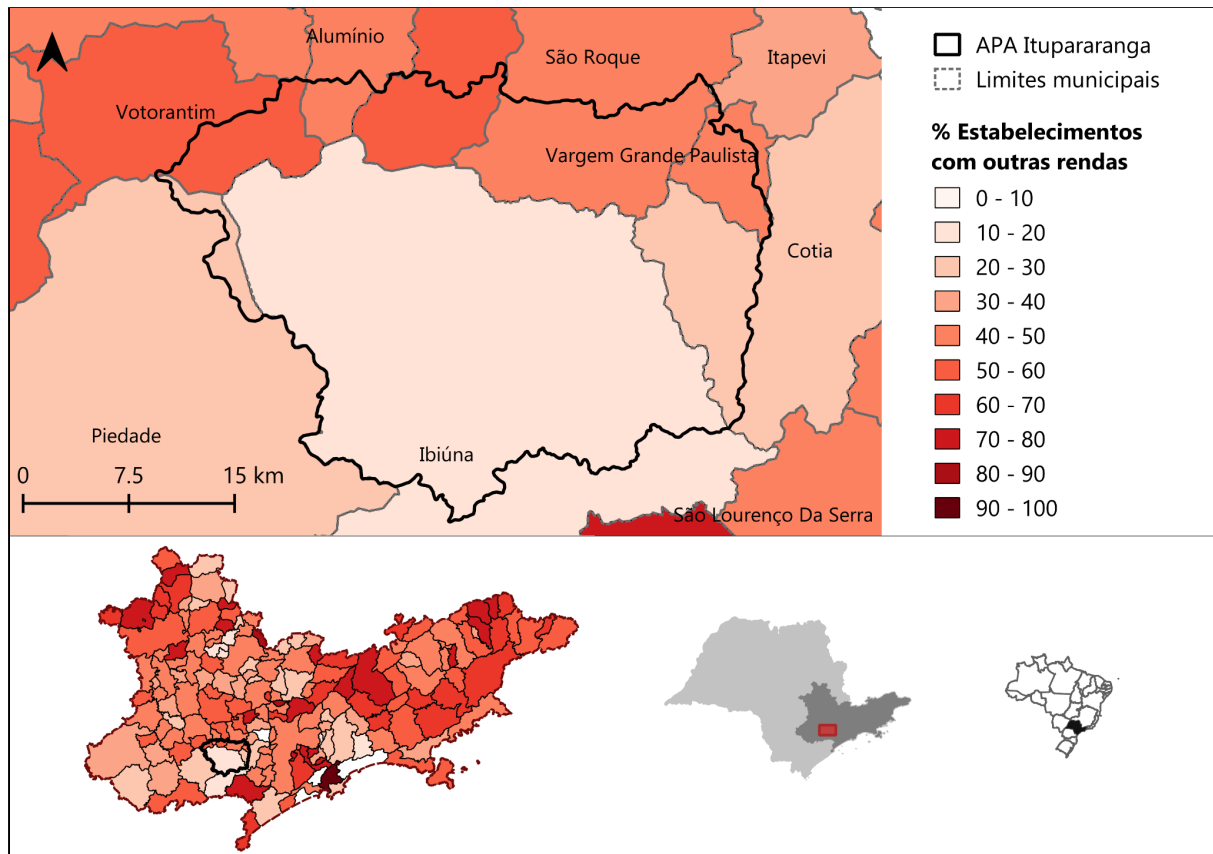
	Produto Interno Bruto - PIB (R\$)	PIB per capita (R\$)	Agropecuária (% do PIB)	Impostos líquidos de subsídios (% do PIB)	Indústria (% do PIB)	Serviços (% do PIB)
Alumínio	2.105.104.507	118.617	-	26,3	48,4	25,2
Cotia	12.534.568.975	52.624	0,14	21,2	22	56,6
Ibiúna	1.701.924.431	22.575	15,6	7,8	16,3	60,2
Mairinque	1.896.800.509	41.476	0,85	14,8	35,3	49,1
Piedade	1.208.662.608	22.706	24,5	6,6	10,3	58,6
São Roque	2.971.649.829	34.617	0,96	12,9	16,8	69,3
Vargem Grande Paulista	2.082.695.309	41.000	1,23	15,2	23,1	60,5
Votorantim	3.093.368.486	26.295	-	10,8	21,7	67,4

Fonte: SEADE, 2018.

A baixa participação da agropecuária em municípios como São Roque, por exemplo, não necessariamente significa um apagamento do rural. A Figura 11 mostra o percentual de estabelecimentos rurais que obtiveram receitas com outras rendas que não a produção no estabelecimento. Enquanto as propriedades nos municípios como Votorantim e Alumínio têm mais participação de outras fontes de

renda (o que pode ou não envolver algum deslocamento para outro município ou áreas urbanas, por exemplo), em Ibiúna, por exemplo, as receitas permanecem vinculadas à produção no estabelecimento ou dependem dela de maneira mais significativa (mais de 80% das propriedades).

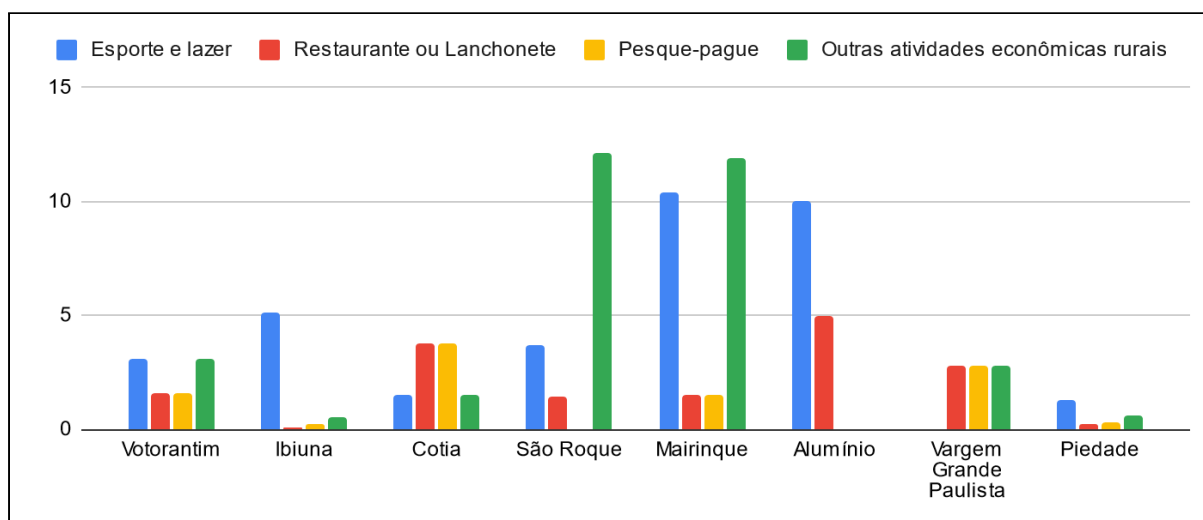
Figura 11: Receitas obtidas em outras atividades pelo produtor que não a produção do estabelecimento



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

Enquanto o mapa anterior engloba as receitas obtidas dentro ou fora da propriedade, vale a pena compreender também possíveis fontes alternativas de renda ante a agropecuária, porém, desenvolvidas nas próprias unidades produtivas. O Gráfico 1 mostra, para os anos de 2016-2017, o percentual de unidades produtivas dos municípios da APA que desempenham atividades como: esporte e lazer, restaurantes ou lanchonetes, pesque-pague, entre outras. Apesar de São Roque não ter uma participação significativa em termos de produção, outras atividades e serviços são importantes em uma parcela comparativamente significativa de propriedades.

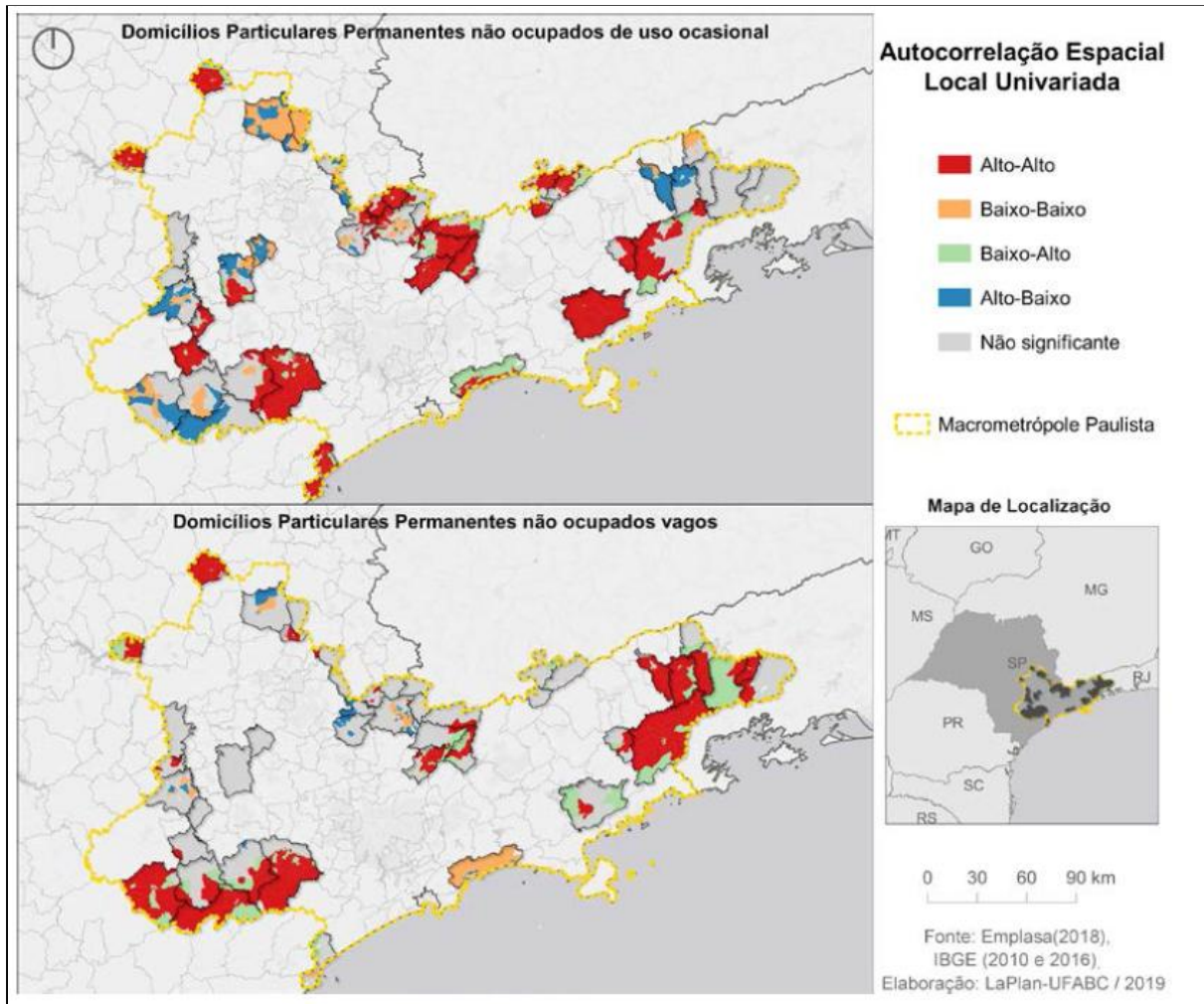
Gráfico 1: Porcentagem de UPAs (Unidades de Produção Agropecuárias) que desempenham outras atividades além da produção agropecuária



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do LUPA (2016/2017).

Os serviços e atividades rurais, contudo, não vêm desacompanhados de uma dinâmica de turismo e uso ocasional ou de lazer, sobretudo dos habitantes das áreas urbanas das metrópoles. Essa questão foi levantada por Travassos et al. (2019) ao analisarem domicílios particulares permanentes vagos e de uso ocasional a partir de dados do Censo de 2010, focando em porções específicas da Macrometrópole Paulista (Figura 12). Nestas porções, fragmentadas do ponto de vista dos fluxos econômicos e simbólico, foram identificados clusters de domicílios vagos ou não ocupados. Uma dessas regiões abrange a APA Itupararanga, onde, além disso, há uma densidade alta de propriedades rurais.

Figura 12: Presença de domicílios de uso ocasional e vagos

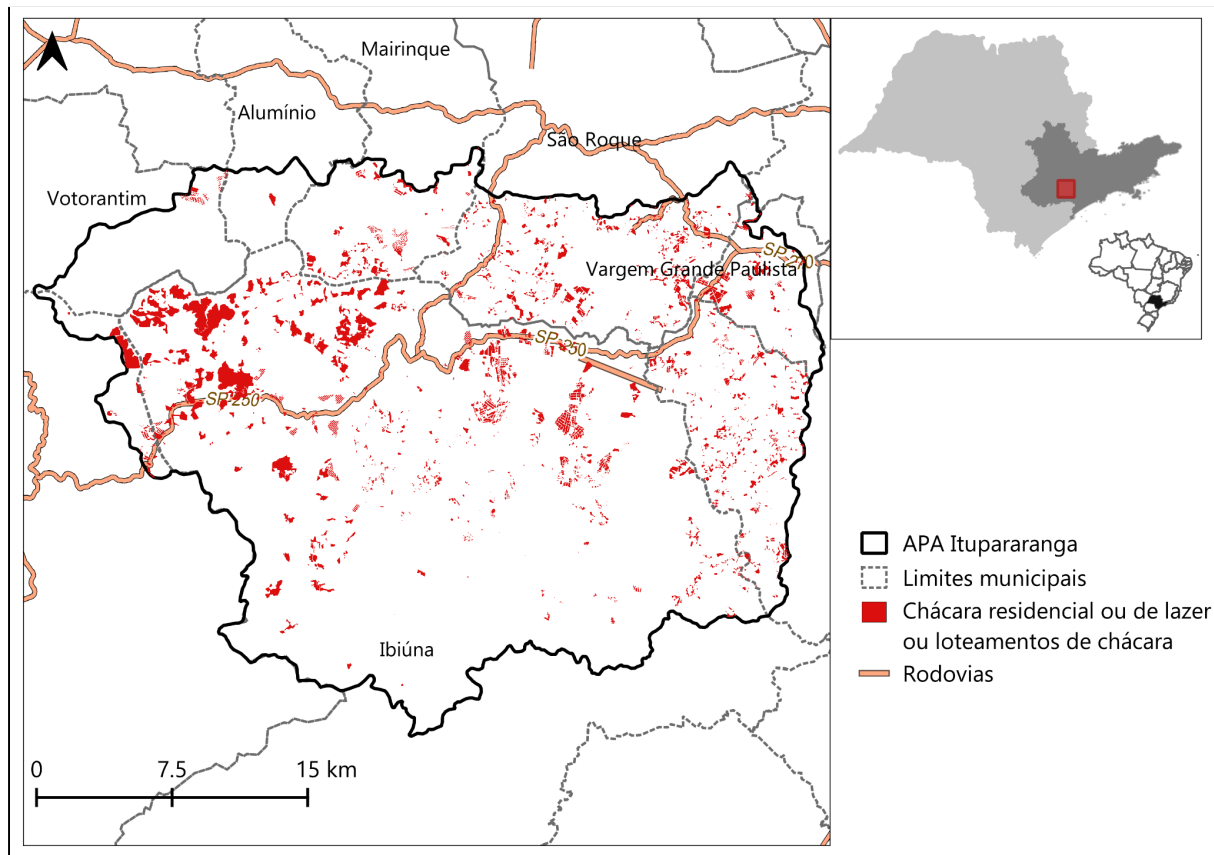


Fonte: Travassos et al., 2019, p. 13.

Corroborando com este dado e um olhar multifuncional das áreas rurais, a Figura 13 mostra a presença de chácaras residenciais ou de lazer na APA, em 2011. Vale destacar uma presença mais significativa ao longo da Rodovia Bunjiro Nakao, e ao redor da Represa de Itupararanga, nas partes central e noroeste da UC. Potenciais fatores que propiciam essas localidades podem ser acessibilidade e as amenidades proporcionadas pela paisagem. Fagliari e Souza (2017) debruçaram-se sobre essa dinâmica chamando atenção para a construção de condomínios de segunda residência ao longo da rodovia mencionada, voltados a populações urbanas não residentes no território. Isso se acentua via empreendedores individuais e construtoras ou incorporadoras num momento, principalmente no final dos anos 1990 para variados perfis de renda dos compradores. Ao mesmo tempo

em que imprimem algum dinamismo econômico e demandam por serviços e emprego, eles estabelecem outra lógica espacial, configurada pelo isolamento e acentuação de disparidades.

Figura 13: Chácaras residenciais ou de lazer na APA

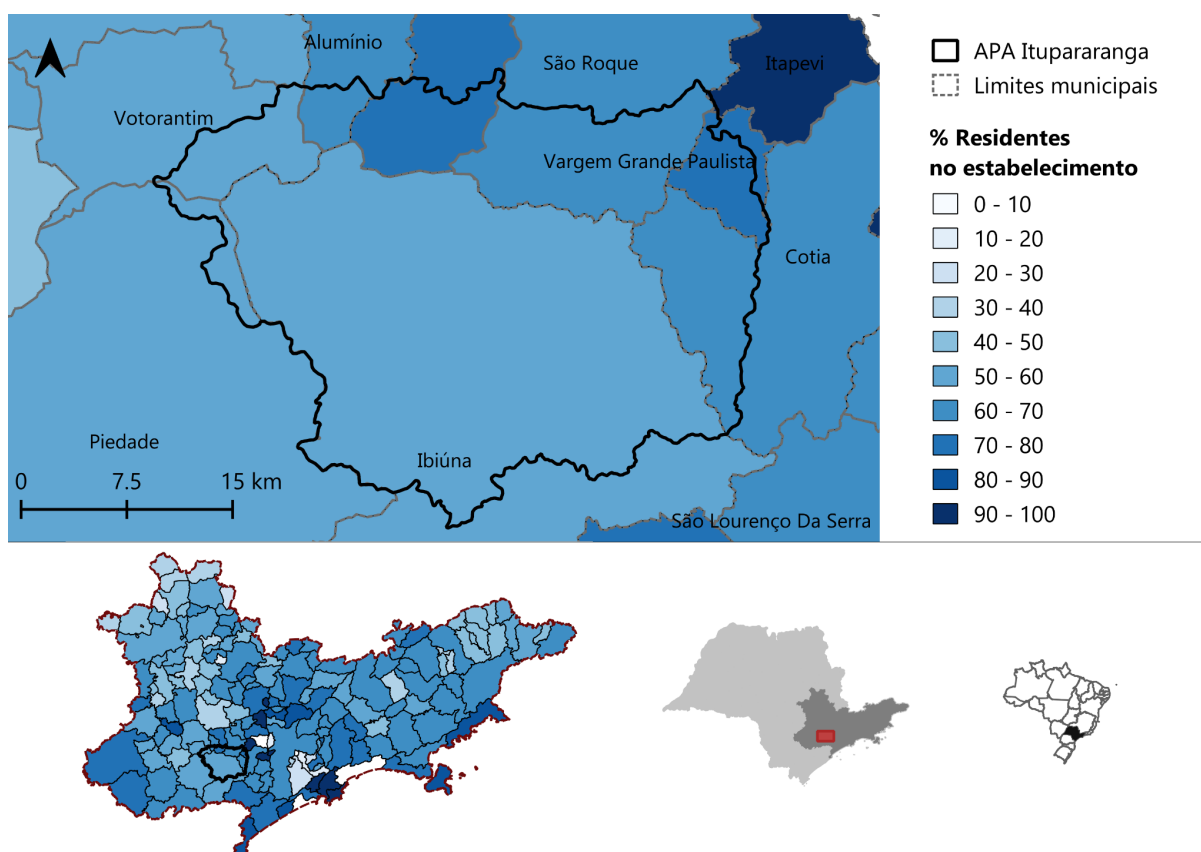


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emplasa, 2011.

Estas novas dinâmicas existentes levantam outra questão relevante na configuração do rural da APA, que é saber quem são os residentes no município e quem visita ou mora ocasionalmente. Apesar da forte presença da agricultura familiar e da produção agropecuária como marcas relevantes nos municípios de Ibiúna e Piedade, esses municípios têm, comparativamente, um menor percentual de residentes nesses estabelecimentos que em outras porções da APA (Figura 14). Isso pode se dar pela dinâmica em curso de entrada de neo-rurais, pela relação de trabalho e propriedade da terra, ou, como descrito no Plano Municipal da Mata Atlântica de Ibiúna (2018), existem muitas subcentralidades e bairros rurais, nos quais a população pode residir para além das propriedades rurais. Além disso, a partir de entrevistas com trabalhadores rurais de Cotia e Ibiúna, Massola e Silva

(2019) procuraram compreender o vínculo e identidade com o lugar, e também as relações de trabalho locais. Um dos elementos que emerge das entrevistas é a diversidade de relações de trabalho e propriedade, onde nem sempre quem trabalha na região morou ou mora ali efetivamente, inclusive alguns abandonaram atividades agrícolas na região em prol de empregos nas regiões urbanas da cidade (MASSOLA e SILVA, 2019).

Figura 14: Residência da pessoa que dirige o estabelecimento.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2017.

4.3 O rural no planejamento municipal dentro da APA

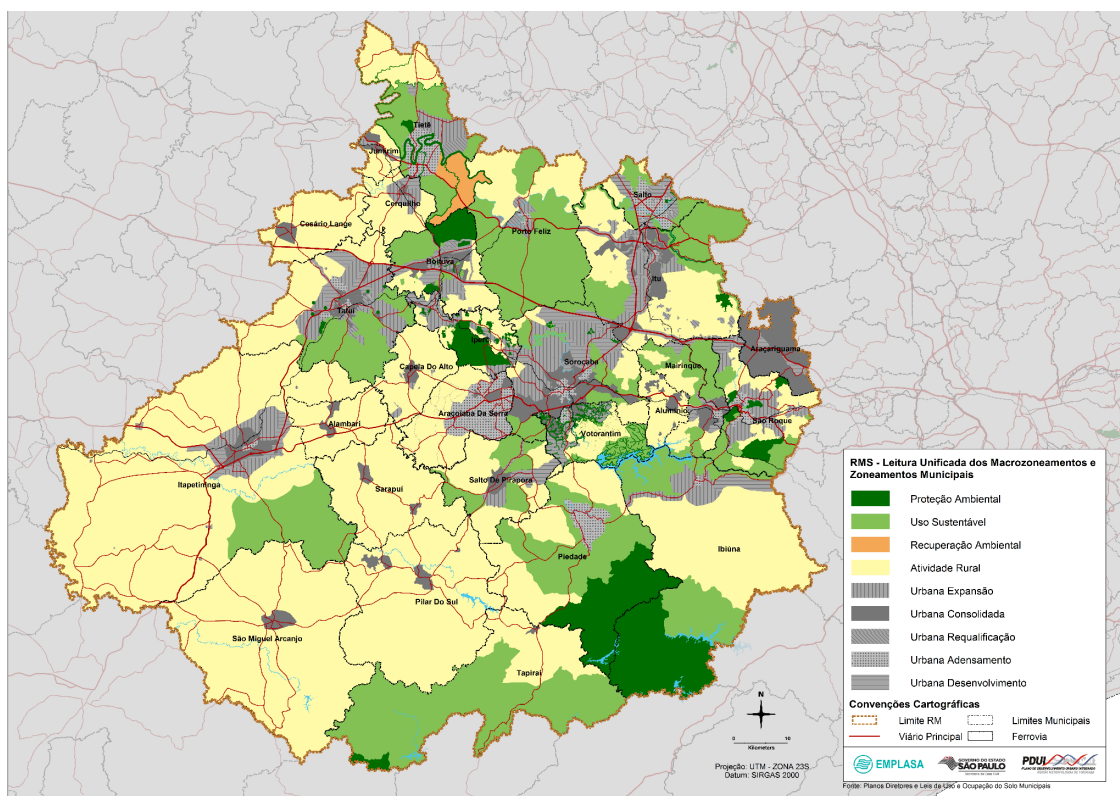
O Plano Diretor Municipal é um dos principais instrumentos de ordenamento territorial a nível local, e a partir dele é possível captar, em alguma medida, a visão de como o rural é encarado no município. Certamente as visões ali refletidas estão ancoradas na perspectiva do corpo técnico da administração pública do município em sua relação com os demais atores - em especial o legislativo, mas também a população que participa do processo de construção -, e é a partir dessa

compreensão sobre o território que se orientam as diretrizes e políticas públicas locais. É fundamental que ele esteja articulado com outros instrumentos de planejamento, sobretudo na existência de uma Unidade de Conservação em território municipal, mas não só; os Planos de Bacia Hidrográfica e o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, a nível metropolitano, são instrumentos centrais que precisam dialogar para que haja uma concordância ou mínima harmonia nas diretrizes propostas.

No que diz respeito ao Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê (2016-2027), a APA é considerada área prioritária para conservação e investimento pelo CBH-SMT, tendo em vista o papel estratégico que Itupararanga cumpre para abastecimento de municípios nas sub-bacias do Alto e Médio Rio Sorocaba. Frente a isso, há também a menção de que o manancial vem tendo, ao longo dos anos, um aumento de nível trófico, potencialmente associado à falta de tratamento de esgotos e a cargas elevadas de fósforo associados às atividades industriais e agrícolas (CBH-SMT, 2016). Tal constatação dá ainda mais ênfase à necessidade de articulação e ordenamento compatível dos usos e atividades municipais, que no caso de Itupararanga, estão fortemente vinculados à quantidade e qualidade da água.

Com relação ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado de Sorocaba, que ainda está em desenvolvimento e abarca a maior parte dos municípios da APA (com exceção de Cotia e Vargem Grande Paulista) vale mencionar que a APA está localizada na porção sudeste da região, importante sob o ponto de vista ambiental. Ali estão localizadas Unidades de Conservação além da APA. Na leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais, com exceção de Ibiúna, os municípios tendem a zonedar as porções de seus territórios dentro da UC, ao uso sustentável, conforme a Figura 15. Vale algum destaque notar que Ibiúna figura com uma grande porção destinada ao que está categorizado como “Atividade Rural”.

Figura 15: Leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais da RMS



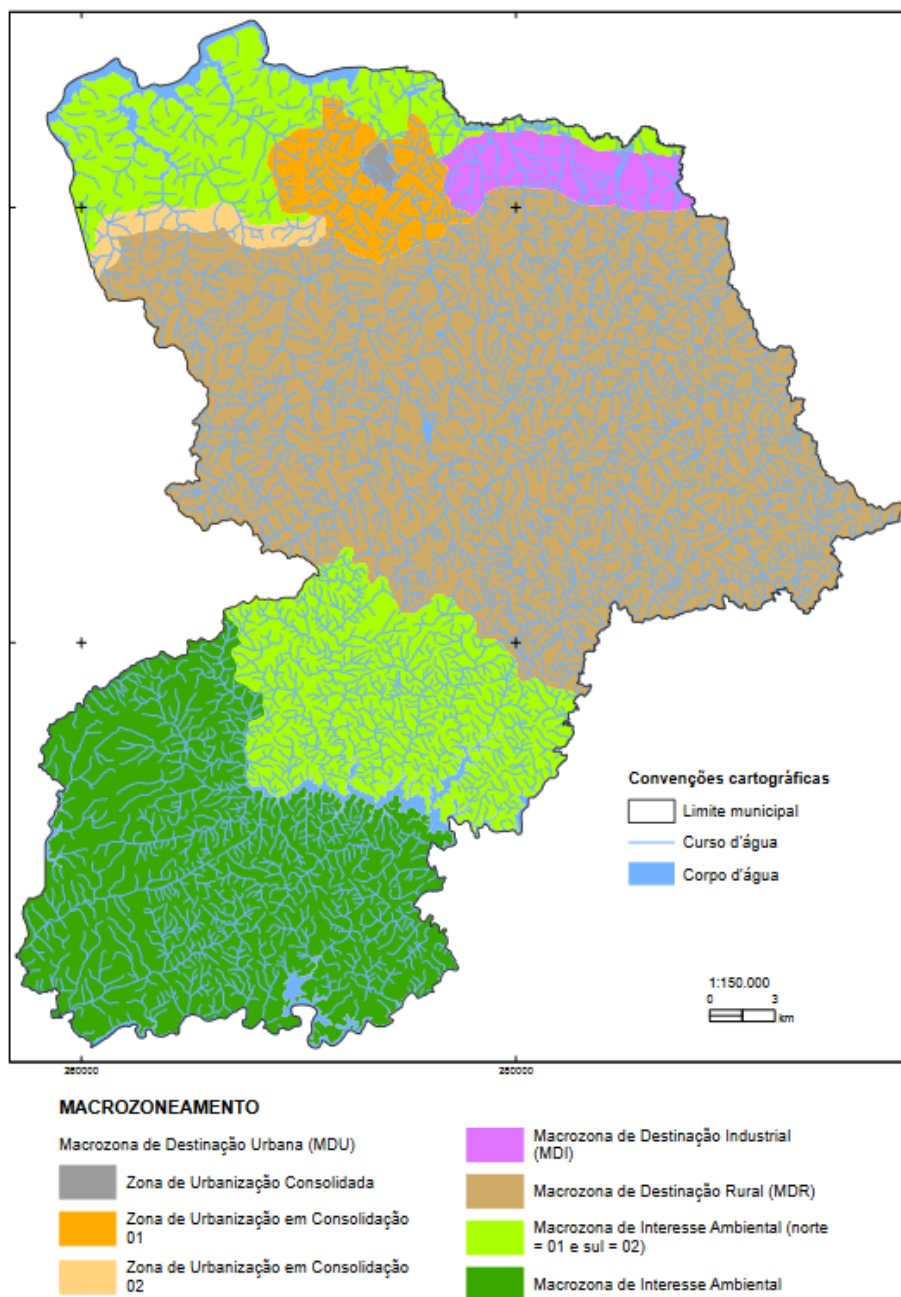
Fonte: PDUI-RMS, 2017.

O Panorama Regional elaborado ainda no âmbito do PDUI, menciona Itupararanga como um circuito turístico importante, associado à quantidade expressiva de parques e reservas na região. Da RMS, Itú, Salto, Ibiúna e São Roque são municípios que possuem o título de “estância turística” (estes dois últimos, dentro da APA).

Por ser o município com maior área absoluta dentro dos limites da APA (inclusive com sua sede municipal dentro dela), Ibiúna foi escolhida como exemplo para avaliar brevemente como o rural é tratado na esfera de planejamento e ordenamento territorial local, tendo como foco, seu Plano Diretor Municipal de 2016 (Lei Nº 2129 de 1º de Dezembro de 2016). O Plano institui quatro Macrozonas (Figura 16), a saber:

- Macrozona de Destinação Urbana (MDU);
- Macrozona de Destinação Rural (MDR);
- Macrozona sob Proteção Especial (MPE);
- Macrozona de Destinação Ambiental (MDA).

Figura 16: Macrozoneamento do Plano Diretor Municipal de Ibiúna (2016)



Fonte: Ibiúna, 2016.

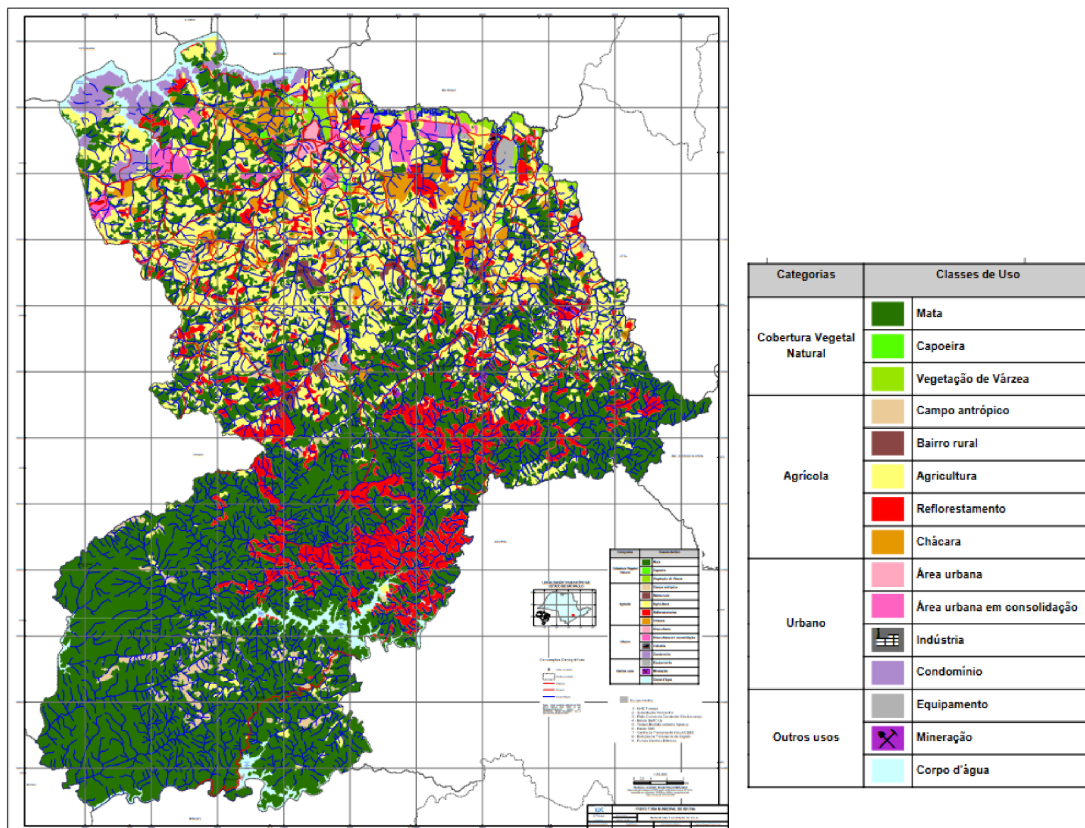
Sobre a Macrozona de Destinação Rural, é notável que há uma compreensão diversa e multifuncional do rural:

Corresponde às porções do território municipal destinadas a concentrar atividades agropecuárias, agroindústrias, extrativas vegetais, turismo rural, podendo coexistir com áreas residenciais, comércio, serviços, chácaras de recreio, havendo a possibilidade da implantação de conjuntos habitacionais, condomínios, loteamentos residenciais, hotéis de turismo, resorts, parques aquáticos, hotéis fazenda (IBIÚNA, 2016).

A compreensão sobre as zonas urbanas e urbanizadas na lei, vai no sentido de considerar urbano as áreas localizadas dentro da Macrozona de Destinação Urbana (MDU) e Núcleos Urbanos Isolados (NUI), mesmo que fora da Macrozona mencionada, “dotados de no mínimo três melhoramentos públicos e/ou concentrem um número considerável de residências e comércios”, elementos estes que não necessariamente são inexistentes no rural ou definidores do urbano. O perímetro destes Núcleos é definido a partir de vistorias in-loco pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do município.

Por outro lado, no que se refere ao parcelamento do solo, são elencadas várias categorias ou finalidades do parcelamento, com parâmetros (limite de área, por exemplo) específicos, que representam tipologias comuns de acordo com as dinâmicas rurais e urbanas existentes: parcelamentos para fins industriais e de recreio, chácaras, loteamentos fechados e condomínios (Capítulos IV e V), que se espalham principalmente na porção central do município. Estas categorias podem ser vistas na Figura 17 a seguir:

Figura 17: Uso e ocupação do solo no município de Ibiúna (2016)²



Fonte: Ibiúna, 2016.

² O mapa em alta resolução consta nos documentos anexos ao Plano Diretor de Ibiúna. Disponível em: <<https://sapl.ibiuna.sp.leg.br/materia/12540/documentoaccessorio>>

Apesar do que é estabelecido sobre os Núcleos Urbanos Isolados, o Plano aborda alguns objetivos, diretrizes e ações em alguns temas vinculados a infraestruturas básicas (como iluminação, pavimentação ou energia elétrica) que encaram como estes elementos como pontos relevantes para bairros e zonas rurais de modo geral, sem enquadrá-las como necessariamente restritas às zonas urbanas (MDU ou NUI).

O Plano também trata de temas como desenvolvimento econômico e social, empreendedorismo, agricultura, turismo, alimentos; onde o olhar sobre as áreas rurais e seus moradores, por vezes oscila ao enquadrar o rural como sinônimo de produção agropecuária, mas em outros momentos, traz outras possibilidades que abrem margem para uma compreensão pluriativa dessas áreas. O Artigo 34, por exemplo, ao tratar de diretrizes voltadas ao empreendedorismo, vincula o "trabalho rural" a alguns tipos de produção agropecuária, como: floricultura, apicultura, piscicultura ou horticultura comunitária. Os Artigos 157, 158 e 159, por sua vez, ao tratarem de objetivos, diretrizes e ações para desenvolvimento econômico e social, voltam-se ao rural no aumento e agregação de valor à produção agropecuária, mas também pautando turismo rural e ecoturismo.

Um aspecto que, a partir da leitura do plano, pareceu pouco relevante é a existência da APA Itupararanga, também não há um diálogo não tão expressivo com o zoneamento estabelecido em seu Plano de Manejo, sendo mencionada poucas vezes, apesar de avanços com relação aos conflitos diagnosticado por Bernardi (2011). Ela é mencionada em conjunto com o Parque Estadual do Jurupará (ao sul do município) ao tratar da Macrozona Sob Proteção Especial; também é citada, junto com o Plano de Manejo ao tratar da Zona Urbana de Interesse Ambiental, ao redor da represa; e ao priorizar sistemas e serviços de saneamento, coleta e tratamento de esgoto, em assentamentos isolados periféricos localizados no perímetro da APA. Contudo, nas outras zonas ela não aparece, de modo que sua relevância parece estar quando se trata da represa e suas imediações apenas. Apesar disso, o Plano busca, em objetivos e diretrizes, garantir participação e diálogo com o CBH-SMT, nos trechos em que trata dos recursos hídricos.

Observando os mapas de Macrozoneamento e de uso e ocupação do solo, juntamente ao zoneamento do Plano de Manejo da APA, nota-se, por exemplo, que na Zona de Destinação Urbano-Industrial, (uma faixa na porção norte do município,

nas proximidades da rodovia Bunjiro Nakao), contemplam-se usos diversificados como chácaras, usos agrícolas, reflorestamento e grandes equipamentos. Estas áreas se localizam numa porção da APA com áreas da Zona de Ocupação Rural e Zona de Ocupação Consolidada. Como mencionado no capítulo anterior, a ZOR estabelecida pelo Plano de Manejo se volta à produção agropecuária essencialmente (ainda que condicionada a mitigação de impactos ambientais), enquanto o zoneamento municipal enquadra a mesma porção como zona urbana-industrial. Os diferentes entendimentos sobre ruralidade mencionados nos dois instrumentos, neste e no capítulo anterior, junto à diversidade de usos e atividades nessa pequena porção do município, possuem objetivos contrastantes sobre as destinações da área. Ao vincular o rural à produção agropecuária, as características heterogêneas da área parecem ser prerrogativas para que se torne urbano um dia.

A forma de tratar Núcleos Urbanos Isolados no Plano, é outro aspecto que pode eventualmente levar a interpretações vinculadas à ideia de um rural como atraso ou ausência de determinados elementos de infraestrutura, o que limita esses territórios a uma situação de falta ou precariedade.

Ultrapassar a posição do rural como território invisível na metrópole ou como apenas restrito à proteção ambiental (a depender das dinâmicas e histórico local), não é um desafio simples. Mesmo onde o rural é visto, ainda há ecos da noção de continuum (onde o rural está fadado a ser urbano um dia) em alguns instrumentos. Ao mesmo tempo em que apesar do histórico do município e suas características, em que a produção agropecuária tem uma importância fundamental, as novas dinâmicas de lazer e turismo por populações da região e de outras localidades parecem ter aberto uma janela para outras possibilidades de compreender o rural de Ibiúna, como pluriativo e multifuncional. No entanto, a ausência de um entendimento comum ou visão compartilhada sobre o que é o rural, e o que se espera dele, pode levar a algumas divergências significativas.

5. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desse trabalho procurou abranger mudanças nas dinâmicas e tratamento de áreas rurais, buscando observar essas dinâmicas, em alguma medida, de forma aproximada para uma porção territorial de duas metrópoles. Fazer parte e ter fácil acessibilidade de locomoção aos centros urbanos de ambas é determinante para as características que a APA adquire.

Se num primeiro momento esperava-se um rural à margem dos fluxos mais dinâmicos do capital, descobriram-se movimentos e dinamismos diversos dentro da APA, que estão necessariamente vinculados às metrópoles, ou: as características desses territórios se desenham desta maneira pela especificidade metropolitana. O escamoteamento da importância do rural metropolitano, portanto, não se dá pela ausência de fluxos, mas muito pelas dimensões simbólica e política e ao lugar que ocupam sob as lentes urbanas (ALLEN, 2002). Ao olhar para essas dimensões, é possível dizer que as ruralidades metropolitanas são frequentemente invisibilizadas nos instrumentos de planejamento. Isso se manifesta de formas distintas dentro da APA, na medida em que no Plano de Manejo e no Plano Diretor de Ibiúna, a produção agrícola aparece quase que como um sinônimo de rural; aquelas ruralidades que não estão conformadas majoritariamente nessas características, ocasionalmente não são compreendidas como tal (como Cotia).

As tipologias propostas por Fernandes (2020) permitem uma visão regionalizada em síntese, reconhecendo traços em comum, bem como a heterogeneidade do rural da Macrometrópole Paulista. Na medida, porém, em que se chega mais próximo à escala local, mais múltipla e diversa se revela a realidade. Em uma grande tipologia (2), observam-se algumas tendências bastante distintas entre si, mas que dialogam a todo instante.

Municípios historicamente ligados ao setor industrial e de mineração, além de estarem mais próximos de Sorocaba (como Alumínio e Votorantim), possuem nesses setores, nós centrais na sua estruturação econômica e aparentam também serem significativos para a renda de famílias urbanas e rurais na região. Ao mesmo tempo, é desses setores (da CBA, sobretudo), que se originam algumas tensões com relação ao uso da água do reservatório para diversos fins, seus limites e contrapartidas. Em outras porções da APA, como nos municípios de (São Roque ou

Mairinque), há outras tendências, maior proximidade às principais rodovias e um rural pluriativo que parece se voltar de forma mais íntima a serviços, comércio e turismo (sendo São Roque importante eixo de rotas turísticas enogastronômicas).

Cotia e Vargem Grande Paulista, pertencentes à RMSP, estão mais próximos do centro metropolitano e representam um eixo mais próximo a áreas urbanas consolidadas, onde o rural parece ser muito mais invisibilizado (ou oficialmente inexistente), ainda que não haja uma ruptura brusca na paisagem de um município para o outro (nos limites entre Ibiúna e Cotia, no bairro de Caucaia do Alto) mas sim um gradiente muito heterogêneo e complexo. No Plano de Manejo da APA, por exemplo, é nessa porção identificada uma urbanização em consolidação. Sua vinculação a uma lógica urbano-industrial de desenvolvimento e suas dinâmicas, tenderam a afastar ambos os municípios das discussões que compunham o CBH-SMT e que são estratégicas, do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos, para muitos municípios à jusante na bacia. Nessa porção mais próxima e economicamente mais vinculada (com relação também ao deslocamento da população) aos grandes fluxos concentrados em São Paulo, o rural parece mais ofuscado no discurso e nas dinâmicas em curso.

Ibiúna e Piedade, contudo, por terem se mantido ao longo do tempo vinculados fortemente à produção agrícola de alimentos, que tradicionalmente é, sob o viés funcional e produtivista, definidor do rural. Esta imagem, junto a uma série de amenidades ambientais torna-se um atrativo e dinamizador de outros processos, como a busca por segundas residências por populações urbanas para lazer, além de uma dinâmica de migração populacional. No caso desses municípios, sobretudo Ibiúna, fica perceptível, como descrito por Tacoli (2003), que as dinâmicas pelas quais passam as áreas rurais, juntamente às relações estabelecidas com áreas urbanas, ressoam diferentemente de acordo com os grupos sociais envolvidos. Em Ibiúna há a presença de agricultores em cooperativas, que ganharam alguma escala e inserção nos mercados nas regiões metropolitanas e têm encontrado nas produções orgânica e hidropônica, formas de agregar valor aos produtos, por exemplo. Compreender a fundo quem são os atores em jogo e quem sai ou entra de cena em que momento, pode contribuir para compreender esses processos, como já indicado por Empinotti e Favareto (2021).

Para além da caracterização, é importante comentar também como esses processos dialogam com o planejamento municipal e regional. Apesar de problemas

de articulação entre os Planos de Manejo e Diretores num primeiro momento, diagnosticados por Bernardi (2011), aos poucos, ao menos no município de Ibiúna, a APA tem aparecido neste instrumento. Ainda assim, é fundamental um processo contínuo de revisão desses instrumentos ao longo do tempo, bem como uma maior articulação entre instrumentos em escalas diferenciadas, como o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê – principalmente num cenário cada vez mais frequente de crises hídricas –, assim como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP e RMS (ainda em processo de elaboração).

O aprofundamento do olhar sobre essas áreas passa por análises e diálogos multiescalares e transdisciplinares, na medida em que são o resultado territorial de uma trama de fatores (sociais, econômicos, ambientais, políticos, culturais, institucionais) e interdependências com outros territórios. Um planejamento ordenamento territorial sensível à interdependência e não essencialidade das categorias urbano e rural, e suas especificidades em regiões metropolitanas pode ser uma peça chave na integração e articulação entre lentes e na possibilidade de intervenção e direcionamento técnico, político e institucional orientados ao futuro, com vistas a uma maior coesão territorial.

6. REFERÊNCIAS

ALLEN, J.; COCHRANE, A; MASSEY, D; et al. Rethinking the Region. Taylor & Francis e-Library, 2002.

BERDEGUÉ, J.; PROCTOR F. Ciudades en la Transformación Rural. Serie Documentos de Trabajo N° 130. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2000.

BELLENZANI, M.; FERNANDES, B.; TRAVASSOS, L. Ruralidades metropolitanas como espaços de resiliência ambiental: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. RPPR, Rio de Janeiro, Vol. 8, No. 3, Setembro a Dezembro de 2021.

BERNARDI, Iara. A implantação da APA de Itupararanga e seus reflexos nas políticas públicas e na conservação dos recursos naturais. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2011.

BERNARDO, E. Práticas ambientais adotadas por cooperativas e associações de agricultores familiares de Ibiúna, São Paulo: um estudo de multicasos. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecatede.uninove.br/handle/tede/1498>>. Acesso em: dezembro de 2021.

BRENNER, N.; SCHMID, C. Towards a new epistemology of the urban? City - analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, 2015. v. 19, n. 2–3, p. 151–182. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>>. Acesso em: dezembro de 2021.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661>>. Acesso em: novembro de 2021.

CAVALHIERI, J.; BARBOSA, L.; FERNANDES, B.; TRAVASSOS, L. Rural metropolitano e desarticulação institucional no Vale de Aburrá. **Revista Rural & Urbano**, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/249271>>. Acesso em: dezembro de 2021.

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA SOROCABA MÉDIO TIETÊ. Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê 2016-2027. Sorocaba: CBH-SMT, 2016. Disponível em: <<https://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsmt/documentos#>>. Acesso em: dezembro de 2021.

COUTO, Elisângela. **As modernizações e racionalidades na agricultura e o uso do território**: temporalidades e espacialidades no município de Ibiúna (SP). 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. <doi:10.11606/D.8.2007.tde-17102007-151355>. Acesso em: dezembro de 2021.

EMPINOTTI, V.; FAVARETO, A. As relações rural-urbanas a partir de uma perspectiva territorial: ainda um longo caminho pela frente. In: In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ESTANCIONE, L. Governança Ambiental e Aprendizagem Social: Estudo de caso da APA Itupararanga, 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FAGLIARI, G. S. A produção de um espaço especializado no entorno da Região Metropolitana de São Paulo: análise dos condomínios de segunda residência da Rodovia Bunjiro Nakao. 2017.

FAGLIARI, G.; SOUZA, J. G. DE. A produção do espaço e os condomínios de segunda residência na Rodovia Bunjiro Nakao: realidades e controvérsias. **Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 14, n. 1, p. 123–145, 16 dez. 2016.

FAVARETO, A.; EMPINOTTI, V. Notas sobre os desafios do planejamento rural frente às transformações do início do século XXI. In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

FERNANDES, B. Para além da dicotomia urbano-rural: Tipologias para análise do rural metropolitano na Macrometrópole Paulista. São Bernardo do Campo, 2020.

GALVANESE, Carolina Simões. Paradigmas do planejamento territorial em debate: contribuições críticas a um campo científico emergente. 2018. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, São Bernardo do Campo, 2018.

HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

IBIÚNA. Lei nº 2.129, de 01 de dezembro de 2016. Plano Diretor Municipal. Disponível em: <<https://sapl.ibiuna.sp.leg.br/norma/1664>>. Acesso em: dezembro de 2021.

_____. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, 2019. Disponível em: <<https://portal2020.ibiuna.sp.gov.br/menu/formularios/meio-ambiente/plano-municipal-de-conservacao-e-recuperacao-da-mata-atlantica-de-ibiuna/view>>. Acesso em: dezembro de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MASSOLA, G. e SILVA, J. Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). *Psicologia & Sociedade* [online]. 2019, v. 31. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31182046>>. Acesso em: novembro de 2021.

PDUI - RMS. Panorama Regional. Sorocaba: 2017. Disponível em: <http://multimedia.pdui.sp.gov.br/rms/docs_trabalho/rms_docstrabalho_014.pdf>. Acesso em: dezembro de 2021.

PORTES, B. O rural em municípios altamente urbanizados: uma abordagem teórico-metodológica para a identificação das áreas de interface urbano-rural na metrópole paulistana. 2019.

PORTES, B. e TRAVASSOS, L. Entre o rural e o urbano: rumo a uma abordagem interdisciplinar das áreas de interface urbano-rurais na RMSP. Em: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=556>> Acesso em: novembro de 2021.

MAPBIOMAS – Projeto MapBiomass. Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil. Disponível em: <https://mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas-1?cama_set_language=pt-BR>. Acessado em: dezembro de 2021.

SÃO PAULO. Fundação Florestal. Plano de Manejo da APA Itupararanga. Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2010.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA 2016/2017: Censo Agropecuário do Estado de São**

Paulo. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019. Disponível em: <<https://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/>> Acesso em: novembro de 2021.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Seade Municípios, PIB Municipal 2002-2018. 2018.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000; Ministério do Meio Ambiente.

TACOLI, C. The links between urban and rural development. **Environment and Urbanization**, v. 15, n. 1, p. 3–12, abr. 2003.

TAVARES, J. Formação da macrometrópole no Brasil: Construção teórica e conceitual de uma região de planejamento. EURE, Santiago , v. 44, n. 133, p. 115-134, 2018. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612018000300115&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: novembro de 2021.

TORRES, P.; JACOBI, P.; BARBI, F.; GONÇALVES, L. (Orgs.) Governança e Planejamento Ambiental: adaptação e políticas públicas na Macrometrópole Paulista. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

TRAVASSOS, L.; PORTES, B.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G. Ruralidades na RMSP: dinâmicas territoriais e paisagem no Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT). IX ENANPPAS, Brasília, 2020

_____ ; PORTES, B.; BELLENZANI, M.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G.; BARBOSA, L. O rural metropolitano no planejamento territorial: o caso do Sistema Produtor Alto Tietê. In: In: DEPONTI, C.; FREITAS, T.; FAVARETO, A. (Orgs.) **Três décadas de planejamento em áreas rurais: balanços e perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

_____ ; ZIONI, S.; TORRES, P.; FERNANDES, B.; ARAUJO, G. Heterogeneidade e fragmentação espacial na Macrometrópole Paulista: a produção de fronteiras e buracos. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 23, 2020. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2020000100313&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: novembro de 2021.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VIEIRA, Augusto Jackie do Nascimento Lopes. **Processos de governança em áreas de proteção ambiental. Análise a partir do Conselho Gestor da APA Ituparanga - SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.de-21052012-14350 Acesso em: 2021-12-03.

WANDERLEY, M. e FAVARETO, A. A Singularidade do Rural Brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C. e SILVA, H. (Orgs.) *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013